

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2014/2015



TII

**AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE PORTUGUESA E SUA
IMPLICAÇÃO NA SEGURANÇA E DEFESA DO ESTADO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA
DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE
PORTUGUESA E SUA IMPLICAÇÃO NA SEGURANÇA E
DEFESA DO ESTADO**

CORONEL/PILAV João Miguel Montes Palma de Figueiredo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE
PORTUGUESA E SUA IMPLICAÇÃO NA SEGURANÇA E
DEFESA DO ESTADO**

CORONEL/PILAV João Miguel Montes Palma de Figueiredo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2014/2015

Orientador: COR TIR ART Maurício Simão Tendeiro Raleiras

Pedrouços 2015



Agradecimentos

Ao meu orientador, Coronel Tirocinado de Artilharia Maurício Simão Tendeiro Raleiras pela total disponibilidade, camaradagem e amizade, com que, ao longo destes últimos meses, me orientou neste trabalho de investigação, com os acertados conselhos e pelas trocas de opiniões proporcionadas e esclarecedoras, que me permitiram seguir uma linha condutora na procura da solução. O profissionalismo e a simpatia com que sempre me recebeu e dispensou o seu tempo são dignos de realce e por isso merece a minha estima e elevada consideração.

Aos amigos, os quais ajudaram com a sua interpretação do tema, que concederam o seu tempo, muito valioso para mim, e ao mesmo tempo, pela cordial e interessada postura com que me dedicaram.

A todos quantos me ajudaram, de uma maneira ou de outra, a realizar este estudo.

Por fim, mas não menos importante, à minha esposa, pelo apoio incondicional, pelas compreensivas palavras e pela força permanente que sempre me dispensou.

Bem hajam.



Índice

Introdução	1
a. Enunciado do Tema	1
b. Justificação do Estudo	1
c. Objeto de estudo e sua delimitação	2
d. Objetivos da Investigação	2
e. Questão Central e Questões Derivadas	3
f. Procedimento metodológico	4
g. Organização do Estudo	4
1. As Alterações estruturais da Sociedade Portuguesa e a Segurança Nacional	6
a. As alterações estruturais da sociedade portuguesa	6
b. A sociedade Portuguesa atual e a Segurança e Defesa do Estado	16
c. Síntese conclusiva	19
2. A Globalização, o Estado Nacional e a nova cidadania	21
a. Globalização e o papel do Estado-nação	21
b. A Globalização e a transformação da Cidadania	25
c. Síntese conclusiva	30
3. O cidadão português e o enfraquecimento do poder do Estado	32
a. O papel social do Estado	32
b. Nova Cidadania e Estado	37
c. Síntese conclusiva	42
Conclusões	44
Bibliografia	49

Índice de Anexos

Anexo A – Teorias da globalização	Anx A-1
Anexo B – Gráficos adicionais	Anx B-1

Índice de Apêndices

Apêndice A – Plano geral do trabalho	Apd A-1
--	---------



Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Estrutura etária da população, 2001 e 2010.....	7
Figura n.º 2 – População residente, imigração e taxa de natalidade.....	8
Figura n.º 3 – PIB e PIB <i>per capita</i> a preços constantes (base 2011).	9
Figura n.º 4 – Confiança dos portugueses na televisão e no governo.	11
Figura n.º 5 – Gráfico evolutivo dos serviços de saúde.....	12
Figura n.º 6 – População residente em lugares com mais de 10.000 habitantes.	14
Figura n.º 7 – Confiança nas instituições.	18
Figura n.º 8 – Sentimento de cidadania europeia.	29
Figura n.º 9 – Despesa do Estado em percentagem do PIB, por funções.....	36
Figura n.º 10 – Perceções sobre capacidade de resposta do poder político.....	40
Figura n.º 11 – Taxa de natalidade e taxa de mortalidade infantil.	Anx B-1
Figura n.º 12 – Taxa de natalidade bruta.	Anx B-1
Figura n.º 13 – Saldo total da população.....	Anx B-2
Figura n.º 14 – Dimensão média das famílias clássicas.	Anx B-2
Figura n.º 15 – População empregada por setor de atividade.....	Anx B-3
Figura n.º 16 – Despesa com a saúde, camas, pessoal médico e consultas.	Anx B-3
Figura n.º 17 – Conflitualidade social, Dias de greve por trabalhador.....	Anx B-4
Figura n.º 18 – Estrutura etária da população estrangeira residente em Portugal.	Anx B-4
Figura n.º 19 – Estrutura etária da população ativa.	Anx B-5
Figura n.º 20 – População Residente com ensino superior completo.....	Anx B-5
Figura n.º 21 – População residente analfabeta com 10 e mais anos.	Anx B-6
Figura n.º 22 – Despesas do Estado em educação.....	Anx B-6
Figura n.º 23 – Opinião sobre a existência de FFAA no nosso país.....	Anx B-7
Figura n.º 24 – Importância das FFAA Portuguesas para a Defesa Nacional.	Anx B-7
Figura n.º 25 – Opinião sobre as missões das FFAA.	Anx B-8
Figura n.º 26 – Participação das FFAA em missões internacionais.	Anx B-8
Figura n.º 27 – Emprego nas Forças Armadas.	Anx B-9
Figura n.º 28 – Sentimento de cidadania europeia em Portugal e UE 28.....	Anx B-9
Figura n.º 29 – Pirâmides etárias da população residente total, Portugal.....	Anx B-10
Figura n.º 30 – Pirâmide etária da população, 1 de Janeiro de 2008 e 2060.	Anx B-10



Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Objetivos da Investigação. 3

Tabela n.º 2 – Questões e hipóteses do estudo. 3



Resumo

O atual estudo tem como objetivo analisar as mudanças na sociedade portuguesa desde o início da década de 1960 até à atualidade e avaliar em que medida estas alterações têm implicação na segurança e defesa do Estado.

Durante o período considerado, tiveram lugar acontecimentos que marcaram e alteraram profundamente o país, o seu povo, a política e costumes; acontecimentos que romperam características históricas, numa rapidez vertiginosa, alterando perceções, ameaças e objetivos de segurança e defesa do Estado.

O acesso imediato à informação acelerou as reações e transformou o mundo através do fenómeno da globalização que enfraqueceu o poder do Estado-nação e da sua soberania nacional.

Todas estas alterações transformaram as relações dos cidadãos com o Estado e a diminuição de capacidades e repartição das responsabilidades que lhe competiam, levaram o cidadão português a ter a perceção de abandono pelo Estado, reduzindo a predisposição para participação na Segurança e Defesa.

Palavras-chave

Estado, Sociedade, Globalização, Nova Cidadania, Segurança e Defesa



Abstract

The current study aims to understand what has changed in Portuguese society since the beginning of the decade of 1960 to the present times and analyse if these changes have implications on the security and defence of the State.

During the considered period, some events happened that marked and profoundly altered the country, its people, politics, culture and traditions; events that have broken with historical features with a dizzying speed and altered the perceptions, threats and objectives of security and defence of the State.

Immediate access to information has accelerated the reactions and transformed the world in which we live through globalization, phenomenon that also brought the weakening of the power of the nation-State and its national sovereignty.

All these changes brought about change in the relationship between citizens and the State and reducing in their capability and the division of responsibilities that previously competed to the State led the Portuguese citizen to have the perception of abandonment, thus reducing their willing to participate in Security and Defence activities.

Keywords

State, society, globalization, new citizenship, security & defence



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AR	Assembleia da República
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GP	Governo de Portugal
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INE	Instituto Nacional de Estatística
NEP/ACA	Norma de Execução Permanente Académica
OECD	<i>Organisation for Economic Co-Operation and Development</i> / Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)
OEsp	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia



Introdução

a. Enunciado do Tema

O tema proposto para o Trabalho de Investigação Individual (TII) tem o seguinte enunciado:

“As Alterações Estruturais da Sociedade Portuguesa e Sua Implicação na Segurança e Defesa do Estado”.

b. Justificação do Estudo

Nas últimas cinco décadas existiu na sociedade portuguesa uma constante e profunda transformação estrutural resultante da implantação do regime democrático, no entanto, a sociedade portuguesa tem mantido uma coesão relativamente estável (Fernandes, 1993).

Não obstante, nos últimos anos, tem-se vindo a processar um crescente desencanto em relação às tradicionais formas de regime democrático, refletido no Estado, e comprovado pelo levantamento efetuado pelo Eurobarómetro em outubro de 2013 (UE, 2013).

No seu discurso, nas comemorações da implantação da República, o Sr. Presidente da República levantou este problema ao dizer: “[...] Como o demonstram sucessivos estudos e inquéritos levados a cabo por entidades credíveis e independentes, os Portugueses são dos povos da União Europeia (UE) que demonstram maiores níveis de insatisfação com o regime em que vivem” (Silva, 2014).

A sondagem do Eurobarómetro mostra, também, que os portugueses estavam no ponto mais baixo da satisfação com a sua democracia desde 1985, ano de início destas sondagens em Portugal (UE, 2013).

Apesar destes resultados poderem ser reflexo direto da crise financeira que o país enfrenta, há também outros fatores que os influenciam e que têm provocado uma alteração no tecido social português.

Assim, será pertinente tentarmos saber o porquê deste “descontentamento” e da falta de confiança nas instituições do Estado, pois como também foi referido pelo Sr. Presidente da República, “[...] é cada vez maior a repulsa dos cidadãos mais qualificados pelo exercício de funções públicas. Não apenas no que toca ao desempenho de cargos políticos, mas também ao exercício de funções nas diversas áreas da Administração Pública. A situação tem vindo a agravar-se e os custos que daí resultam são, certamente, muito significativos.” (Silva, 2014).



Esta descrédibilização afeta a confiança, facto determinante para a Segurança e Defesa do Estado, pois está diretamente ligado à “vontade” da sociedade para apoiar e suportar os seus objetivos.

Também a globalização, está a condicionar as ações do Estado, influenciando as suas relações com os cidadãos. Será, pois, importante analisar a influência que os fatores de ordem global têm nas relações e percepções dos cidadãos para com o Estado nacional.

A importância e atualidade do problema exposto leva-nos a admitir como relevante a realização de um estudo que permita avaliar até que ponto a Segurança e Defesa do Estado poderão estar afetadas pelas alterações estruturais da sociedade, assentes em fatores internos e externos.

c. Objeto de estudo e sua delimitação

O presente estudo incide sobre a identificação e caracterização de fatores influenciadores das alterações estruturais da sociedade portuguesa e a sua influência na percepção e confiança dos cidadãos nas instituições do Estado.

Com o objetivo de delimitar o estudo, focaremos a nossa análise nos aspetos que poderão ter influências relevantes para a Segurança e Defesa do Estado e o apoio e comprometimento da sociedade com os seus objetivos. Ao longo desta investigação houve alguns fatores evolutivos da sociedade que, apesar de importantes, não foram completamente aprofundados devido a limitações de tempo de execução e espaço para a sua completa explicação.

Para encontrar um ponto de partida para a caracterização e determinar qual foi a evolução da sociedade portuguesa houve a necessidade de fazer uma delimitação temporal, do início dos anos 1960 até aos nossos dias. Este espaço temporal pode ser considerado representativo já que permite abranger situações institucionais muito diferenciadas, as quais justificam muitas das alterações ocorridas.

d. Objetivos da Investigação

Apresenta-se na tabela seguinte a formulação do Objetivo Geral (OG) e Objetivos Específicos (OEsp) relacionados com o processo de investigação que se irá conduzir:



Tabela n.º 1 – Objetivos da Investigação.

Fonte: (Autor, 2015)

OG	Analisar as alterações estruturais da sociedade portuguesa relevantes para a Segurança e Defesa do Estado e que influenciam o comprometimento dos cidadãos com os objetivos nacionais delineados.
OEsp1	Analisar quais as alterações estruturais da sociedade portuguesa relevantes para a Segurança e Defesa do Estado.
OEsp2	Analisar a influências da globalização na autoridade do Estado.
OEsp3	Avaliar as influências externas no grau de envolvimento dos cidadãos portugueses com os objetivos do Estado.

e. Questão Central e Questões Derivadas

Após uma fase de exploração inicial, enquadramento e delimitação do tema, a investigação será orientada no sentido de obter resposta fundamentada à Questão Central (QC). Neste sentido, foram deduzidas questões derivadas (QD) através das quais, foram construídas as hipóteses (Hip).

Tabela n.º 2 - Questões e hipóteses do estudo.

Fonte: (Autor, 2014)

Questão Central	Em que medida as alterações estruturais da sociedade portuguesa afetam o posicionamento dos cidadãos face aos objetivos nacionais e à Segurança e Defesa do Estado?
Questão Derivada 1	De que modo as alterações estruturais da sociedade portuguesa influenciam as capacidades de Segurança e Defesa do Estado?
Hipótese 1	As alterações estruturais da sociedade portuguesa não reduziram significativamente as capacidades de Segurança e Defesa do Estado.
Questão Derivada 2	Em que medida a Globalização e a integração na União Europeia têm afetado a relação entre o Estado português e os seus cidadãos?
Hipótese 2	A Globalização e a participação na União Europeia têm conduzido a uma redução do sentimento de cidadania nacional, potenciando o enfraquecimento da relação do cidadão com o Estado.
Questão Derivada 3	Qual o comprometimento do cidadão português com os objetivos nacionais delineados pelo Estado?
Hipótese 3	O comprometimento do cidadão português com os objetivos do Estado tem vindo a diminuir, como resultado da perceção de que este não cumpre integralmente as suas funções.



f. Procedimento metodológico

A metodologia de referência seguida por este trabalho de investigação é a preconizada para a elaboração de trabalhos de investigação e constantes nas Normas Académicas de Execução Permanente (NEP-ACA) do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) 010 e 018, de setembro de 2014, incluindo a referenciação bibliográfica onde utilizamos o sistema autor-data, adotando-se o estilo Harvard-Anglia, apoiado no instrumento informático Microsoft Word.

Para o desenvolvimento do estudo será utilizado o método hipotético-dedutivo, conforme o “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Van Campenhoudt, 1995).

A formulação do problema advém da informação pesquisada, através de leitura de artigos de opinião, estudos sociais, livros, bem como a que foi recolhida por entrevistas informais.

O modelo de análise será baseado na determinação das alterações estruturais da sociedade portuguesa nas últimas décadas, no entendimento de quais influenciam a Segurança e Defesa do Estado e quais afetam o apoio dos cidadãos aos objetivos nacionais delineados.

Seguidamente, será efetuada uma avaliação da informação recolhida, através de um processo de filtragem e análise de dados, para determinar quais poderão ser as melhores respostas às questões deduzidas. Com base na obtenção das respostas, será então possível tirar conclusões sobre como as alterações estruturais da sociedade portuguesa estão a influenciar a Segurança e Defesa do Estado e até que ponto a sociedade está envolvida nos objetivos nacionais, focalizada na compreensão do sentir do cidadão face à ação e função do Estado na sociedade.

g. Organização do Estudo

O TII inclui uma Introdução, a que se seguem três Capítulos e as Conclusões.

A presente Introdução refere a justificação para o estudo e o método utilizado no seu desenvolvimento. É também determinado o seu objetivo, com a elaboração de uma QC e três QD que levaram à formulação de três hipóteses. Na Introdução também é desenvolvido o procedimento metodológico utilizado ao longo do estudo.

No primeiro capítulo apresenta-se uma caracterização da sociedade com base em fatores como a evolução demográfica, o emprego, a saúde, a educação, a integração nacional e a evolução económica de Portugal. Assente em sondagens, documentos oficiais



e outros estudos, fomos determinar, em que medida a sociedade está alinhada com os desígnios do Estado em matérias de segurança e defesa e qual é o seu sentir em relação às Forças Armadas.

No segundo capítulo abordamos a problemática da influência da globalização na sociedade. Para isso foi necessário entender o que é o fenómeno, as formas como exerce a sua ação e a sua abrangência. Com este objetivo, foram analisadas as várias teorias para criar um modelo e determinar como interfere e influencia a evolução da sociedade, na criação de uma noção de cidadania global e a sua ligação ao enfraquecimento do Estado Nacional.

No terceiro capítulo analisamos, recorrendo a dados estatísticos e documentos, à luz dos capítulos anteriores, a evolução do papel do Estado, com o aparecimento de uma nova noção de cidadania na sociedade portuguesa e a sua interferência no sentir do cidadão português na relação com o Estado Nacional.

Nas Conclusões, onde se inclui a resposta à QC, são apresentados os contributos para o conhecimento e as propostas que se julgam apropriadas.

Por fim, no Anexo A são abordados vários conceitos da globalização, o Anexo B é composto por gráficos adicionais úteis para uma melhor interpretação de dados apresentados no texto e o Apêndice A é composto por um quadro resumo da QC, QD e Hip.



1. As Alterações estruturais da Sociedade Portuguesa e a Segurança Nacional

Neste capítulo iremos abordar as principais alterações estruturais da sociedade que podem afetar a capacidade de Segurança e Defesa do Estado. O espaço temporal considerado, do início da década de 1960 até à atualidade, abrange os grandes acontecimentos que afetaram e influenciaram a sociedade portuguesa e o seu comportamento social.

Portugal é um país com mais de 800 anos, um dos Estados-nação mais antigos do mundo e o segundo mais antigo da Europa, mas é uma das democracias mais jovens, se excluirmos a recente abertura dos países do leste da Europa. É, comparando com os padrões europeus, um país pequeno em termos territoriais e relativamente pobre, mas ainda há cerca de 40 anos era o último império multicontinental. Só esta transformação trouxe grandes alterações à sociedade; se acrescentarmos outros acontecimentos como a adesão à *European Free Trade Association* (EFTA), a revolução de Abril, a entrada na UE com a abertura ao exterior, a passagem de país de emigrantes para país de acolhimento, bem como as alterações económicas e políticas, ocorridas somente durante uma geração, poderemos vislumbrar todo o tipo de alterações sociais e de mentalidades que estes eventos provocaram.

a. As alterações estruturais da sociedade portuguesa

A população residente em Portugal, de acordo com os resultados definitivos do Censos 2011, é de 10.562.178 habitantes (INE, 2011a). A população tem sofrido oscilações significativas em algumas situações especiais¹, como foi o caso da década de 1960, em que se assistiu à emigração para a Europa, sendo por vezes superior ao saldo natural de população e, no sentido inverso na década de 1970, como resultado da política de descolonização, num aumento brusco com o retorno de portugueses do ultramar recém-independente. A partir daí a população portuguesa, não teve grandes aumentos ou diminuições, balanceando fatores como a diminuição da natalidade, redução da emigração, regresso de emigrantes e entrada de imigrantes durante as décadas de 1980 e 1990 (INE, 2011a). Atualmente, ressurgiu o fenómeno emigratório, embora de carácter diferente e com consequências ainda não completamente identificáveis.

Na estrutura etária há grandes alterações. Durante a última década (Figura n.º 1), Portugal perdeu população em todos os grupos etários entre os 0-29 anos. A partir dos 30 anos a situação inverte-se e verifica-se um crescimento de 9% da população para o grupo

¹ Ver Anexo B Fig.n.º13.



dos 30-69 anos e de 26% para idades superiores a 69 anos. Agravou-se, assim, o fosso entre jovens e idosos. A percentagem de jovens recuou de 16% em 2001 para 15% em 2011. Na população idosa assistiu-se ao movimento inverso tendo passado de 16% em 2001 para 19% em 2011 (INE, 2011a).

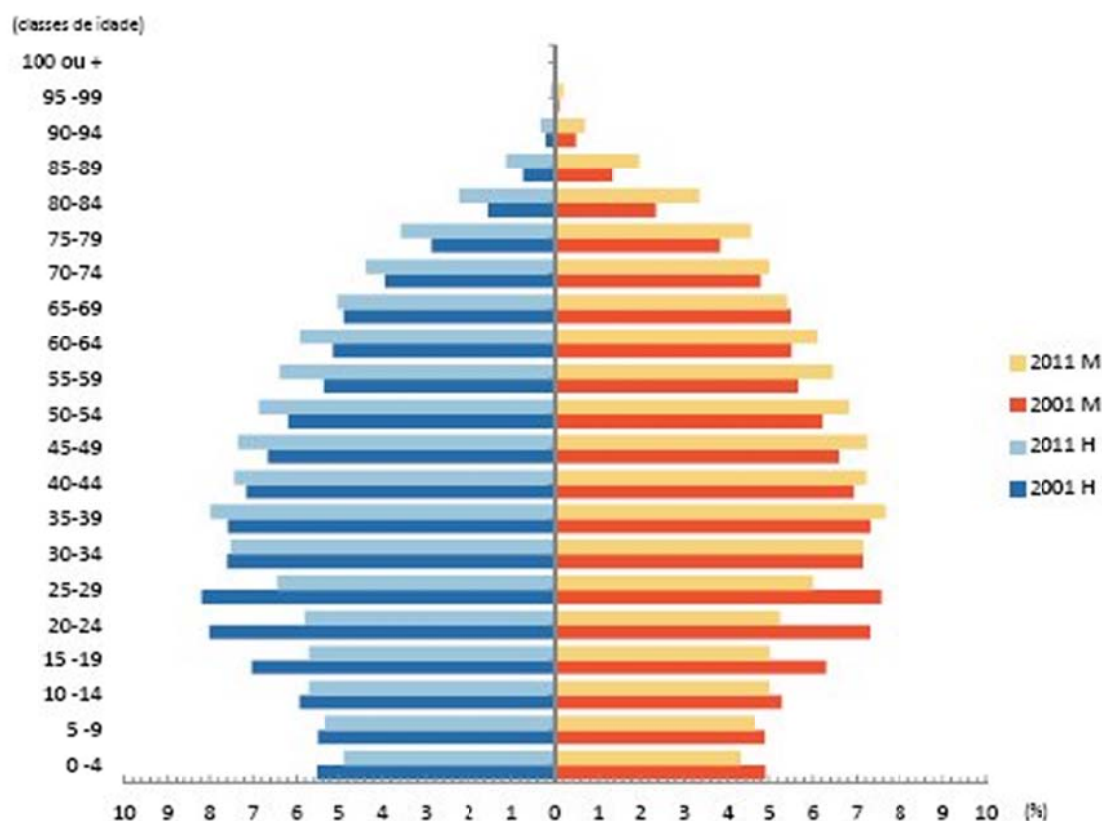


Figura n.º 1 – Estrutura etária da população, 2001 e 2010.

Fonte: (INE, 2011a)

A taxa de crescimento natural e total de Portugal situa-se entre as mais baixas da Europa, as taxas de natalidade e de fecundidade baixaram muito, mantendo-se a taxa de mortalidade dentro de valores considerados normais, provocando o rápido envelhecimento da população.

Um acontecimento importante nas últimas décadas, que fez com que a população não diminuísse de forma mais intensa, foi uma redução significativa na taxa de mortalidade infantil (de 77,5/1000 em 1960, para 2,9/1000 em 2013). Também a imigração (Figura n.º 2) da década de 1990 atenuou este impacto na população residente (PORDATA, 2014).

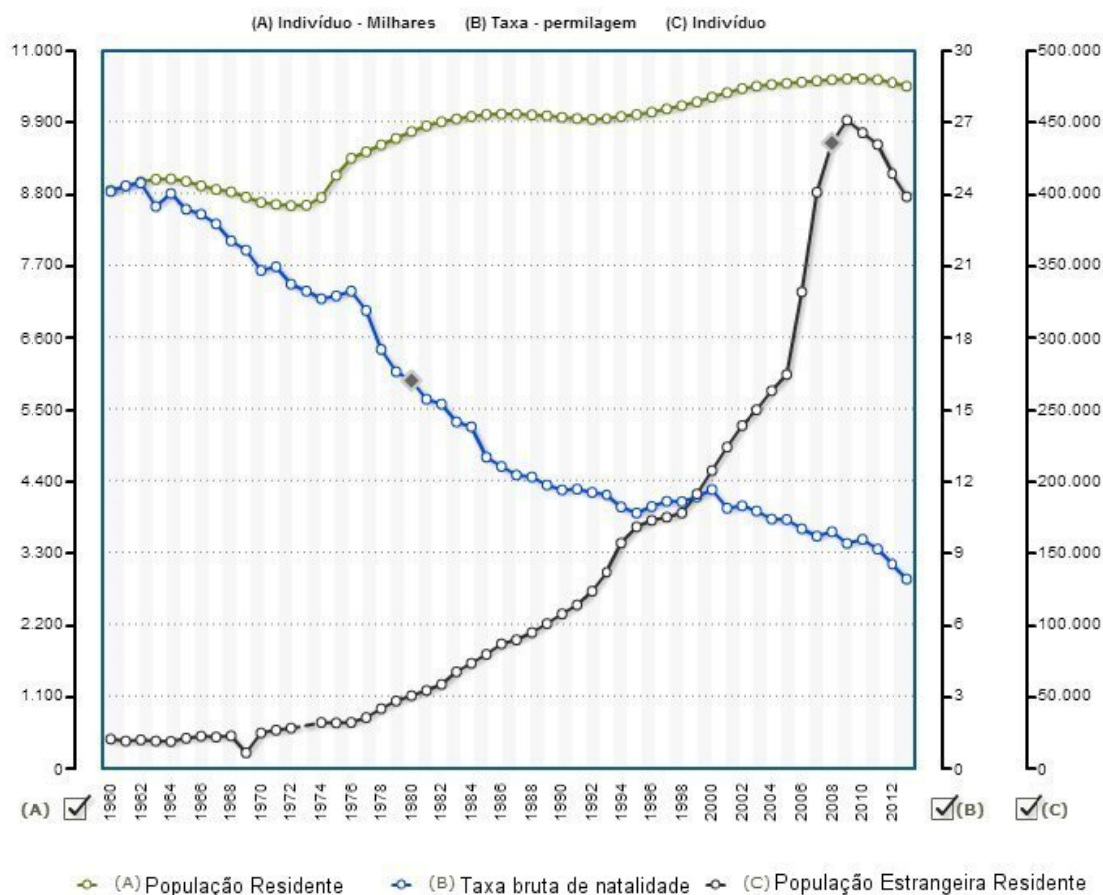


Figura n.º 2 – População residente, imigração e taxa de natalidade.

Fonte: (PORDATA, 2014)

À variação da mortalidade, infantil e natural, não é estranho o progresso efetuado na cobertura nacional de cuidados de saúde, no acesso mais fácil dos cidadãos a estes cuidados e o aumento de pessoal médico e paramédico em serviço. De menos de 80 médicos e 107 enfermeiros por 100.000 habitantes nos inícios de 1960, passamos para cerca de 433 médicos e 629 enfermeiros em 2013 (PORDATA, 2014).

A adesão de Portugal à EFTA influenciou alterações económicas importantes no comércio externo, na indústria, no acesso a produtos estrangeiros, na captação de investimento estrangeiro e na renovação da estrutura produtiva nacional devido à necessidade de aumento da produção e nova concorrência (Barreto, 2000). Esta abertura ao exterior trouxe turistas europeus que, devido à melhoria da sua qualidade de vida, começaram a deslocar-se a Portugal, para gozo de férias.

É nesta economia, que se obtêm as mais altas taxas de crescimento da história em Portugal. Quer o Produto Interno Bruto (PIB), quer o PIB *per capita* (Figura n.º 3), a preços constantes (2011), tiveram um aumento praticamente constante até 2008, ocasião em que devido à crise financeira e à estagnação económica, estes valores retrocederam.

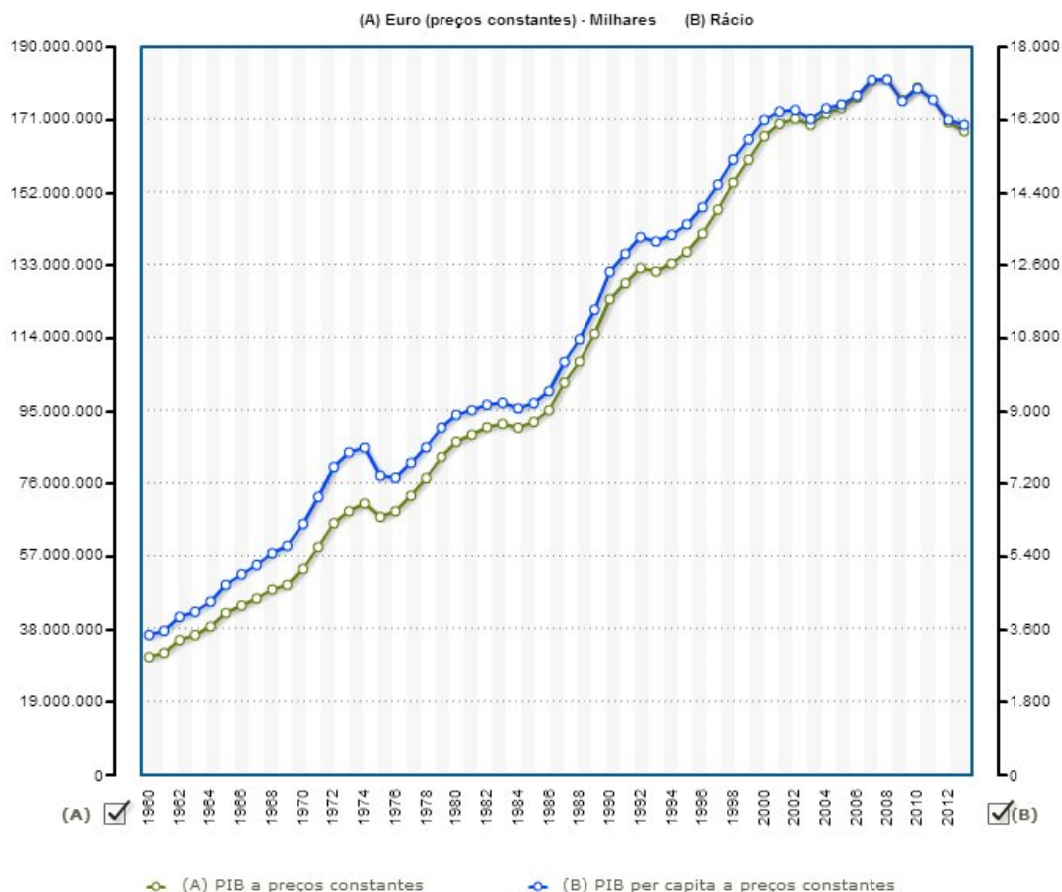


Figura n.º 3 – PIB e PIB *per capita* a preços constantes (base 2011).

Fonte: (PORDATA)

Mas, mesmo assim, o PIB em 2013, a preços constantes de 2011, era 5,4 vezes superior ao verificado em 1960. Também os rendimentos disponíveis das famílias portuguesas aumentaram, apesar de algumas oscilações previsíveis, não só devido à economia, mas também em função da situação política. Durante a década de 1960 e até 1974, houve uma subida gradual dos rendimentos das famílias com um grande aumento a partir de 1974 a 1980 voltando depois para um aumento gradual e contínuo até 2009, ano em que regrediu (PORDATA, 2014).

O salário mínimo, criado em 1974, era equivalente a 16,5€ sendo atualmente de 505€. O emprego, as condições de trabalho e a composição social e profissional da população ativa residente sofreu também alterações profundas. A população ativa no setor primário passou de 43,6% em 1960 (Barreto, 2000), para 34,9% em 1974 e para 10,2%, em 2013. No setor secundário passou de 29% em 1960 para 33,7% em 1974, diminuindo



depois até 2013 para 23,7%. O setor terciário aumentou de 27,5%, para 31,4% e para 66,1%, respetivamente² (PORDATA, 2014).

Note-se que a maioria da população ativa passou diretamente do setor primário para o setor terciário, nunca tendo estado maioritariamente empregada na indústria ou no setor secundário, o que na Europa foi caso único. Este fenómeno esteve associado ao tardio despertar económico de Portugal, o que fez com que iniciássemos o processo de mudança com meios mais modernos e saltássemos alguns passos que tinham demorado décadas a ser efetivados nos restantes países europeus, nos quais esta transição da população ativa passou do setor primário para o setor secundário e só posteriormente para o terciário (Barreto, 2000).

A população ativa também mudou, de uma grande predominância masculina na década de 1960, para uma situação de quase igualdade de sexos, 51,6% homens e 48,4% mulheres (INE, 2011a), levando António Barreto a afirmar que “as mudanças mais importantes na distribuição social e profissional verificaram-se na população ativa feminina” (Barreto, 2000).

Nas últimas décadas registou-se uma diminuição nos conflitos laborais³, tendo como base o número de greves, de trabalhadores envolvidos e dias de trabalho afetados. Só se verificou um aumento no número de greves, no setor terciário, a maioria delas ligadas ao funcionalismo público ou empresas públicas, afetado pela implementação das políticas de cortes na despesa do Estado. Nos outros setores a situação foi praticamente negligenciável (PORDATA, 2014).

Quanto à evolução do desemprego, nos últimos anos, devido a uma forte recessão económica, Portugal viu o seu desemprego aumentar a partir de 2009 para 16,2% em 2013 (INE, 2014) e estando nos 14% em novembro de 2014 (PORDATA, 2014).

O número de jovens desempregados, segundo o Censos 2011, corresponde a uma taxa de 27,9%, sendo cerca do dobro do desemprego geral do país (INE, 2011a). Este é um fator que está a fazer aumentar a emigração, diferente da década de 1960, pois a maioria são licenciados, ou com elevada qualificação profissional.

Um outro acontecimento, iniciado na década de 1960, que afetou a forma como os portugueses conheciam e olhavam Portugal e o mundo, foi o aparecimento e alargamento da cobertura a quase todo o país da televisão. Hoje, a televisão (Figura n.º 4) constitui a

² Ver Anexo B fig.n.º15.

³ Ver Anexo B fig.n.º17.



mais forte fonte de informação da população e tem um grau de confiança maior do que o governo, a justiça e o parlamento (Vieira, 2015).

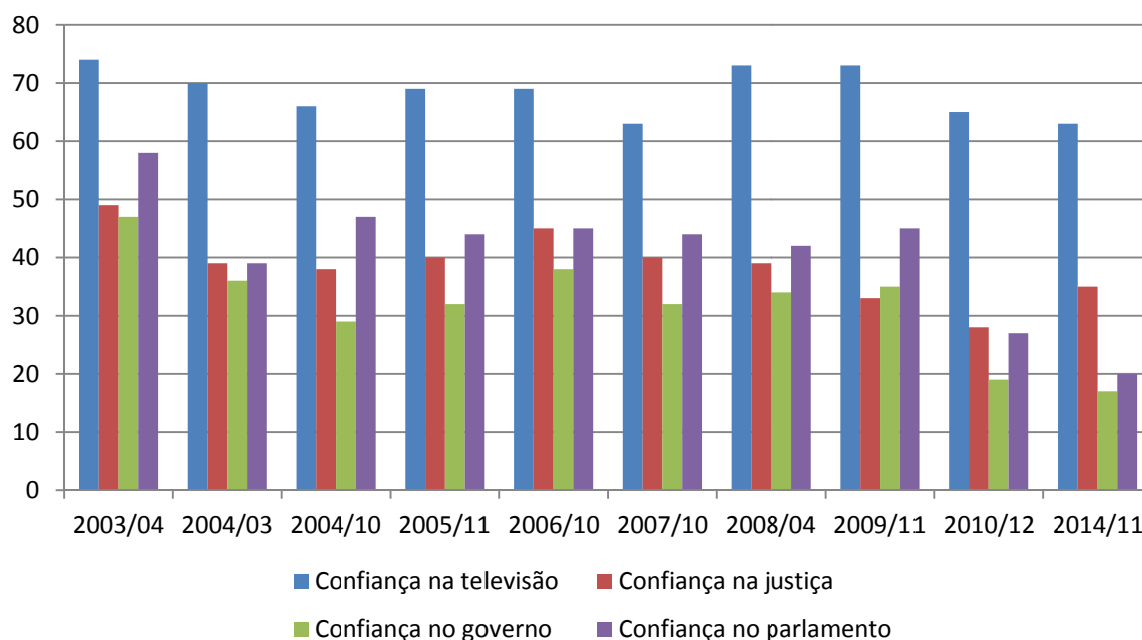


Figura n.º 4 – Confiança dos portugueses na televisão e no governo.

Fonte: (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015)

Outro fator de enorme importância social da época em apreço foi o início dos esforços para criar um Estado-providência em Portugal. Uma sociedade em que a generosidade e a solidariedade eram praticadas por indivíduos, famílias, igrejas ou outras formas de ajuda local de caridade ou assistência, transformou-se numa sociedade em que estes cuidados são providos pelo Estado e são universais, tanto na assistência individual, como na organização de grandes serviços públicos como a saúde e a educação.

Na saúde (Figura n.º 5) é possível verificar os progressos efetuados através do aumento de pessoal médico e paramédico em serviço (PORDATA, 2014).

As urgências passaram de 587.900 para 8.674.000 em 2012, mas será de salientar que chegaram a atingir 13.472.000 em 2002, diminuindo com algum racionamento e mudanças na política de saúde (INE, 2011b). Em comparação com os outros países europeus, a despesa portuguesa com a saúde, com 9,2% do PIB em 2012, coloca Portugal entre os primeiros (PORDATA, 2014).

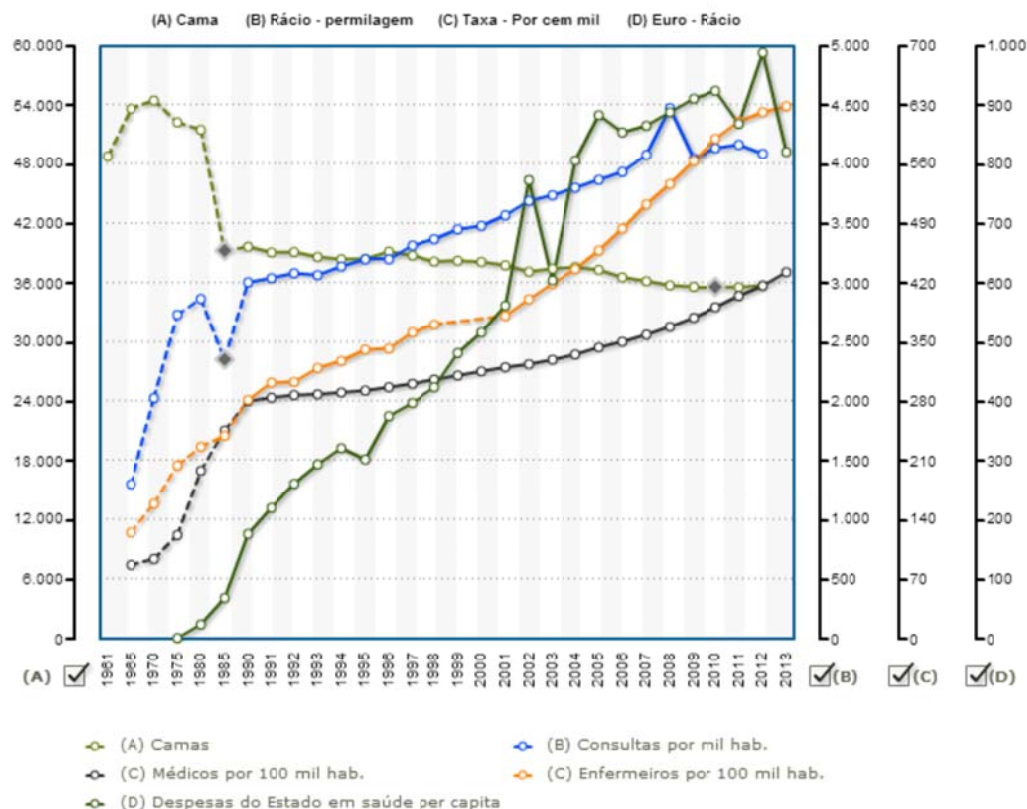


Figura n.º 5 – Gráfico evolutivo dos serviços de saúde.

Fonte: (PORDATA, 2014)

No campo da educação, Portugal atingiu um nível de escolarização da população jovem quase total. O nível de analfabetismo que era de cerca de 33% no início da década de 1960, situava-se em 11% em 1991 e no Censos 2011, em 5,2% (INE, 2011a).

A taxa de analfabetismo⁴ tem tendência a diminuir naturalmente, pois mantendo-se nos grupos etários mais idosos, é quase negligenciável nos grupos etários mais jovens. O número de alunos que completaram o ensino básico, aumentou sempre desde a década de 1960 até 1986, havendo a partir desta data uma diminuição resultante da redução do número de alunos, associado à baixa natalidade (PORDATA, 2014).

Em 2011, a proporção de jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos que completou o ensino secundário foi de 61%, enquanto em 2001 este indicador era de apenas 44% (INE, 2011a).

No ensino superior houve também grandes alterações, dado que no início da década de 1960 apenas 6% da população o frequentava, aumentando para 17,3% em 2013. O número de diplomados em Portugal aumentou de 2.184 de 1960 (Barreto, 2000), para 1.629.900 em 2011 (INE, 2011a). Outro aspeto que se alterou radicalmente foi o aumento

⁴ Ver Anexo B Fig.n.º21



significativo de mulheres a frequentar este nível de ensino, que passou de 29% em 1960 (Barreto, 2000), para 55,5%, em 2014 (PORDATA, 2014). Em relação à UE27, podemos dizer que no que respeita ao número de alunos matriculados no sistema de ensino superior, Portugal está na média europeia.

A despesa pública com a educação⁵ que representava 1,4% do PIB em 1972, passou a representar 4,2% em 2013, estando Portugal entre os países europeus que mais gastam com a educação. As percentagens do PIB atribuídas à educação têm-se alterado pouco, contudo, a despesa efetiva aumentou bastante, implicando um acréscimo de custos *per capita* da educação. Não obstante o aumento de investimento na educação, continuamos a estar acima da média europeia no que diz respeito ao abandono escolar precoce, com a média UE27 de 12,8% e em Portugal de 20,8%. (PORDATA, 2014)

Além da saúde e da educação, o país conheceu e percorreu um processo de grandes transformações, acompanhado por acontecimentos de grande impacto que abalaram fortemente a estrutura da sociedade portuguesa. Um Estado, uma Nação, uma etnia, uma fronteira, uma língua, uma cultura e uma religião, ou seja uma sociedade fortemente homogénea, tradicional e centralizada que caracterizava Portugal, alterou-se radicalmente com a sua abertura para o exterior.

A emigração portuguesa que até década de 1960 estava a rumar essencialmente para as Américas e África, divergiu para a Europa. Como diz António Barreto “um antigo e permanente vínculo ao universo atlântico (América Latina e África) foi quebrado e uma nova identidade europeia e continental está em formação” (Barreto, 2000).

A amplitude nas transformações sociais foi enorme, pois até à década de 1960, Portugal era a imagem de uma sociedade rígida, conservadora, quase que imutável, atrasada economicamente, socialmente castradora e culturalmente obscurantista e estática.

Um governo tradicionalmente autoritário e autocrático deu lugar a um governo democrático e parlamentar. Esta transformação foi, pelas suas implicações, uma das mais relevantes das últimas décadas. Levou a que o Portugal, país predominantemente rural e com uma incipiente massa urbana, se alterasse profundamente, dando lugar a uma sociedade moderna em desenvolvimento acelerado.

Uma sociedade masculina e patriarcal deu, de forma muito dinâmica, lugar a uma sociedade de elevados padrões de igualdade. Uma sociedade de permanente e estrutural

⁵ Ver Anexo B Fig.n.º22.



emigração, tornou-se numa sociedade de acolhimento de imigrantes. Uma economia protecionista foi substituída por uma economia das mais abertas da Europa.

A evolução da distribuição da população no território (Figura n.º 6), entre 1960 e 2011, mostra a crescente procura das cidades para viver e consequente abandono das zonas rurais.

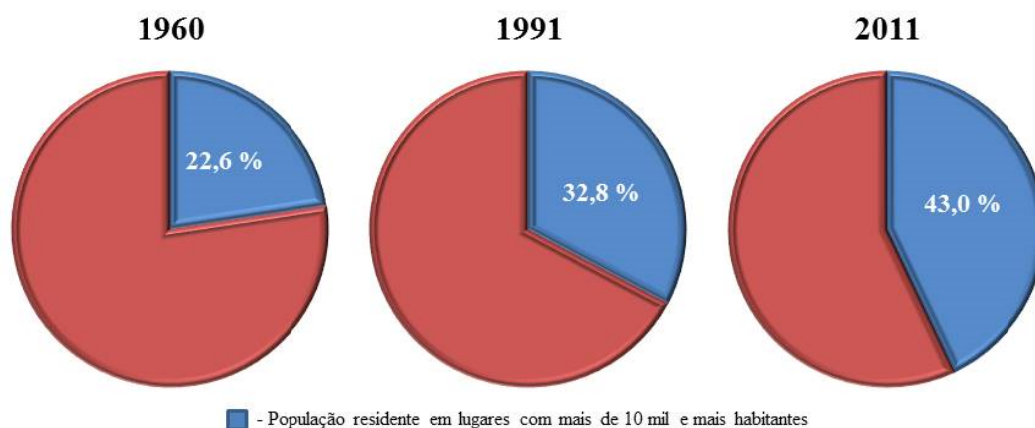


Figura n.º 6 – População residente em lugares com mais de 10.000 habitantes.

Fonte: (PORDATA, 2014)

A preferência pelo litoral, em detrimento do interior, num contínuo processo de litoralização e bipolarização da população verificado nas últimas décadas, provocou uma perda de população nos municípios do interior do país (INE, 2011b).

Todas estas alterações mostraram a extraordinária capacidade de mudança e flexibilidade, que permitiu percorrer um percurso sem dramas excessivos. Os ressentimentos resultantes das transformações, embora tenham existido, não foram suficientemente vinculados para que tornassem a vida social conflituosa. Como refere António Barreto: “Será que não há divisões, tensões e conflitos na sociedade portuguesa? Com certeza que há. Mas então por que razões se refere esta falta de ressentimento? Com que evidência ou argumentos? O consenso constitucional em que se vive, nos finais do século XX, é talvez único, pelo menos raro. Desde 1820, data simbólica de início da monarquia constitucional, que não se registava tão claro consenso constitucional.” (Barreto, 2000).

Atualmente, o regime constitucional em que vivemos abrange todas as forças políticas, correntes de pensamento e grupos sociais, dando abertura suficiente para mesmo os que não concordam com o regime poderem participar na sua vivência. Esta situação faz com haja consenso dentro da sociedade portuguesa, evitando crispções e radicalismos exacerbados que poderiam levar a conflitos internos graves.



A integração nacional, administrativa, social, económica e territorial foi conseguida na grande maioria do país. Desapareceram, quase por completo, os espaços de subsistência e autoconsumo, assim como os mercados regionais e locais fechados.

As diferenças entre a população do litoral e do interior, do norte e do sul, do continente e ilhas, são poucas e baseadas mais em características locais, do que em processos de isolamento. Viaja-se com facilidade e as linhas de comunicação, quer internas quer com o estrangeiro, estão acessíveis e são completamente abertas.

As principais redes de serviços públicos (saúde, correio, segurança social, justiça, polícia, etc.) cobrem a totalidade do país, ao contrário do que acontecia algumas décadas atrás em que estes serviços se restringiam às capitais de distrito e a algumas das principais vilas.

Nos anos da década de 1960 a escolaridade obrigatória aplicava-se a menos de metade da população em idade escolar, a administração pública (distritos, municípios e freguesias) cobria a totalidade do país, mas as suas competências, meios e serviços eram frequentemente muito básicos. As funções do Estado eram formais e jurídicas, mas muitas vezes sem tradução na vida social e económica da totalidade do país, principalmente nas zonas mais afastadas dos centros urbanos. As redes de transporte e comunicações não abrangiam vastas áreas rurais e centros habitacionais mais pequenos. Muitos serviços públicos de base como a água, a eletricidade, o saneamento básico e a recolha de lixo, não existiam em extensas áreas do país.

Nestas últimas décadas a progressão na integração nacional foi muito grande, deixando de importar o local de residência ou atividade do cidadão, muito menos a de comunidades inteiras ou localidades, nos acessos a todos os serviços do Estado. A sociedade portuguesa já não evolui de forma separada e divergente, devido a separações territoriais ou de distância. Todas estas alterações tiveram profundas consequências na vida social, especialmente ao nível familiar, que se foi adaptando ao novo papel da mulher na sociedade (Barreto, 2000).

Outra novidade no mercado de trabalho e no tecido social de Portugal foi o fluxo de população estrangeira, primeiramente, oriunda das ex-colónias portuguesas e depois novos fluxos imigratórios oriundos dos países da Europa de leste, que sofreram convulsões sociais radicais durante este período.

Com esta situação, muitos nacionais afastaram-se de certos tipos de trabalho, fisicamente exigentes, menos bem pagos e mais precários. Um contributo para este



afastamento foi o nível de proteção social, nomeadamente o subsídio de desemprego e a segurança social, que levaram a que preferissem não aceitar determinados empregos e trabalhos, tendo sido substituídos pela quantidade crescente de imigrantes que entrou em Portugal. Foi situação idêntica, que os emigrantes portugueses encontraram ao instalarem-se nos países europeus mais desenvolvidos.

Esta situação veio originar uma pluralidade cultural, étnica e religiosa a qual criou fenómenos de aculturação a que os portugueses só estavam habituados no estrangeiro.

A sua fixação e concentração primária nas áreas metropolitanas acentua os riscos inerentes à sua integração. Contudo, em Portugal, não são evidentes tensões sociais, instabilidade ou violência relacionada com o aumento das entradas migratórias (Rodrigues, 2010). Segundo o Eurobarómetro-2009, apenas 1% dos portugueses viam a imigração como um problema nacional o que é bastante inferior a 4% da UE27 (UE, 2009).

O aumento do turismo, quer nacional, quer estrangeiro, também contribuiu para fenómenos de aculturação, alterando traços reais e mitológicos da identidade nacional. As pessoas e grupos perdem, renovam ou alteram, as suas referências e valores quando entram em contacto com outras culturas.

A sociedade portuguesa sofreu assim, alterações profundas, na sua maioria devido à abertura interna e externa, quer através das comunicações físicas, culturais e sociais, de processos de imigração e emigração e da evolução da própria capacidade económica do país. Esta transformação tem sido diferente das anteriores na nossa história, não pelas transformações, mas sim devido à velocidade com que tem ocorrido (Barreto, 2000).

b. A sociedade Portuguesa atual e a Segurança e Defesa do Estado

Uma das primeiras funções do Estado é a de prover Segurança que, desde sempre, foi uma das principais preocupações do ser humano. Esta preocupação foi definida pelo Governo de Portugal (GP) nas grandes opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) “A Segurança e o Bem-estar constituem objetivos últimos do Estado. A Segurança Nacional corresponde à condição da Nação que se traduz na permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade. A Segurança Nacional deve, assim, assegurar a soberania, a independência, a unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas, bens e valores, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Governo de Portugal, 2013).



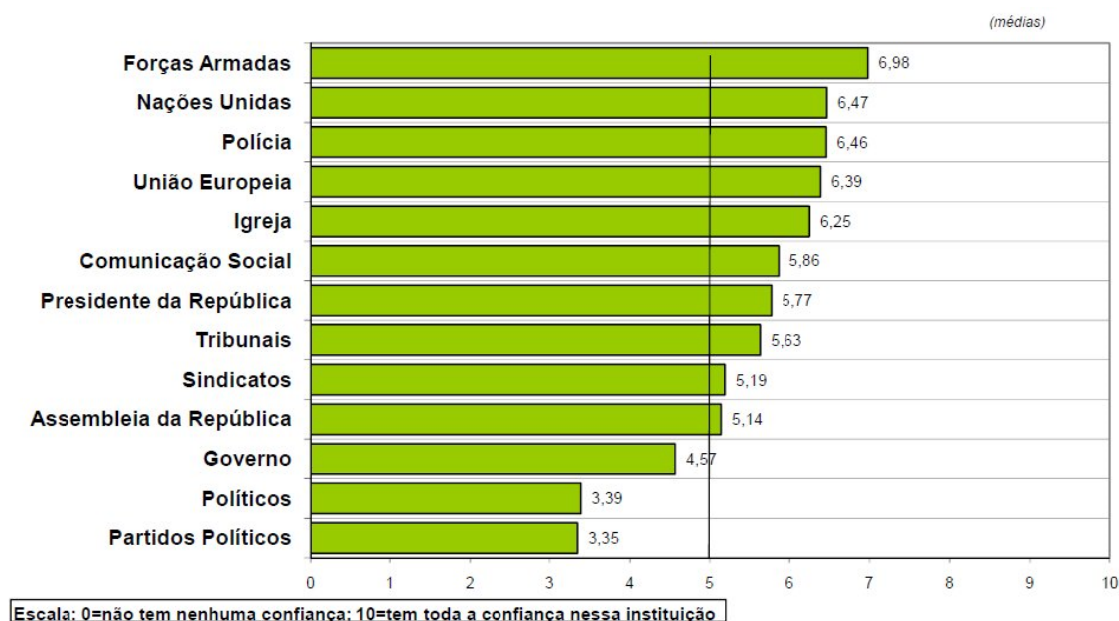
O GP considerou um grupo de ameaças à segurança nacional no CEDN, e da análise destas ameaças, podemos dizer que não são de carácter intrínseco da sociedade portuguesa. Contudo, a evolução da sociedade portuguesa também criou novos desafios e riscos.

O fim do serviço militar obrigatório e a diminuição da natalidade provocaram uma diminuição acentuada do universo de recrutamento militar. No entanto, este efeito foi minimizado com a inclusão das mulheres nas fileiras, a redução de efetivos, o maior grau de desenvolvimento tecnológico dos equipamentos e o serviço em regime de voluntariado e de contrato nas Forças Armadas (FFAA), continuando a existir um universo de recrutamento para prover as suas necessidades de pessoal. Um fator que contribuiu para umas melhores FFAA foi a elevação do nível de formação da população, tornando o universo recrutável disponível mais qualificado.

No entanto, o desaparecimento do serviço militar obrigatório, a secundarização da defesa territorial, o aumento das atuações em teatros de operações externos, a participação na Organização do Atlântico Norte (OTAN), a integração na UE e um contínuo discurso político de cidadania europeia e de defesa coletiva, uma intelectualização dos temas de segurança e defesa, juntamente com o aumento do bem-estar social, trouxeram uma perceção de segurança aos cidadãos que provocou um distanciamento crescente dos temas de Segurança e Defesa Nacional e, consequentemente, o afastamento de voluntários para uma carreira nas FFAA.

Estes efeitos influenciaram a disposição para a participação na defesa militar do país. Segundo o estudo efetuado por Helena Carreiras⁶, somente 23,8% estaria disposto voluntariamente a participar com certeza, o que pode ser problemático em caso de necessidade de mobilização geral da população, contudo, somente 17,9% afirmaram que não participariam com toda a certeza, o que deixa uma larga percentagem entre as duas posições. Os cidadãos também legitimam a participação em alianças internacionais, assim como a existência de uma força militar europeia (43,3%) em complemento das FFAA nacionais. Numa posição mais extremada, apenas 5,7% concorda com a existência de uma força militar europeia em substituição das FFAA nacionais. De referir que na sondagem (Figura n.º 7) – Confiança nas Instituições – as FFAA são a instituição mais credível das consideradas (Carreiras, 2009).

⁶ Ver Anexo A, fig.n.º23 a 27



* Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições que lhe vou ler.

Figura n.º 7 - Confiança nas instituições.

Fonte: (Carreiras, 2009)

A grave crise económica, o crime organizado transnacional e o terrorismo transnacional, são ameaças comuns e de união entre o Estado e os cidadãos, pois são estas as ameaças que os portugueses consideram poder vir a afetar Portugal e que os preocupam a nível pessoal (Carreiras, 2009). Nenhuma destas ameaças são intrínsecas à sociedade portuguesa devido a conflitos internos, mas a sua limitação é dificultada pelas alterações sociais, como a abertura ao exterior e interdependência económica global. Nestes temas são de suma importância os acordos e ações multinacionais, numa conjugação de esforços, pois todos são alvos.

Na mesma sondagem, as FFAA são, segundo os inquiridos, muito necessárias e de elevada importância na Defesa Nacional, cumprindo eficazmente as suas missões e contribuindo para o prestígio internacional do país. Mas este aspeto positivo é acompanhado por outro negativo que resulta da pouca informação, interesse e conhecimento que têm sobre as FFAA.

Para o melhor desempenho das FFAA contribui o aumento contínuo do nível de formação dos novos militares, acompanhando a evolução da sociedade, com a erradicação do analfabetismo, aumento da escolaridade e grande exigência na sua formação profissional militar. Isto é, as alterações estruturais ao nível cultural contribuíram de forma positiva para as FFAA.



Outros novos riscos surgiram em Portugal, pois desde meados dos 1990 a variação demográfica portuguesa está relacionada com os saldos migratórios. Como noutros países europeus, há uma dependência das migrações no respeitante ao futuro demográfico. Assim, à tradicional função do Estado como garante da defesa do território e independência política e económica, junta-se o dever de assegurar a identidade cultural e estabilidade social.

Os fluxos migratórios e as novas comunidades que se estabelecem em Portugal levantam desafios e riscos à Segurança e Defesa do Estado, em função do nível médio de qualidade de vida e integração destas comunidades a curto ou médio prazo e impossíveis de abordar no seu conjunto neste estudo pela sua complexidade, tempo e espaço necessários. Nos últimos anos tem-se vindo a observar a importação de alguns comportamentos de risco (criminalidade diversa, sobretudo pequeno furto), empolada pelos *Media*, que causa algum incómodo à população portuguesa, o que pode levar a um aumento de algum nível de conflitualidade interna (Rodrigues, 2010), mas devido à condição económica do país, tem-se vindo a verificar uma tendência de decréscimo do número de trabalhadores estrangeiros residentes em Portugal, menos 3,8% só em 2013 (SEF, 2013).

c. Síntese conclusiva

As alterações sociais nas últimas décadas foram profundas e muito rápidas, mas aproximaram Portugal do nível do resto da Europa com a democratização política da sociedade portuguesa.

Desde a década de 1980 que a população residente não se alterou muito em número, mas urbanizou-se e diversificou-se cultural e etnicamente. O desenvolvimento económico trouxe uma economia de mercado, aberta ao exterior, com uma ligação crescente às economias globais, provocando um crescimento acentuado e rápido, alterando a estrutura da força laboral e integrando as mulheres. A maioria da força de trabalho por setor económico passou do setor primário para o terciário, com as mulheres maioritárias. Os avanços na saúde, com um serviço nacional e universal, juntamente com um apoio social mais eficiente, melhoraram as condições de bem-estar da população e contribuíram para uma mudança positiva nas condições de vida.

Na educação também houve alterações profundas, quer no acesso, quer no nível de ensino atingido. O ensino obrigatório cobre toda a população e erradicou o analfabetismo nas camadas mais jovens, o qual tende a desaparecer no total da população.



A confrontação social interna não é relevante, sendo mesmo muito inferior ao nível existente desde o fim da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980.

A integração nacional é atualmente completa, a melhoria dos meios e vias de comunicação tornaram indiferente a localização territorial para o acesso às funções do Estado e serviços públicos pelos cidadãos, o que fez com que o sentimento de proximidade tivesse um efeito positivo na Segurança e Defesa do Estado. Contudo, é de notar a tendência de envelhecimento acentuado da população.

As ameaças à Segurança e Defesa do Estado são globais e não estão no interior da sociedade. Quer o Estado, quer os cidadãos têm a mesma visão das ameaças, sendo a situação económica, o terrorismo transnacional e o crime organizado transnacional as principais ameaças. Assim, consideram a integração de Portugal em alianças e acordos multinacionais positivos e provedores de segurança.

A sociedade acredita, apoia e dá relevância à ação das FFAA, que acompanharam a evolução da sociedade integrando as mulheres na fileiras e beneficiando de um superior nível de formação da população, o que aumentou a sua qualidade.

Contudo, devido à perceção de segurança como bem adquirido, melhoria do bem-estar social e uma intelectualização dos temas de segurança e defesa, o interesse dos cidadãos por estes temas é bastante diminuto.

Assim, os dados apresentados e a análise efetuada ao longo do presente capítulo permitem confirmar a hipótese 1, dado que se demonstrou que existiram alterações estruturais significativas na sociedade portuguesa, mas o seu efeito foi atenuado pelos fatores que se apontaram, permitindo concluir que não afetaram significativamente a Segurança e Defesa do Estado, o que dá resposta à QD1.



2. A Globalização, o Estado Nacional e a nova cidadania

Neste capítulo procuraremos entender o fenómeno da globalização e a sua influência no enfraquecimento do Estado-nação como característica e consequência do esbatimento da soberania estatal e na relação indivíduo-poder público.

O mundo de hoje tem acesso à informação de uma forma que até há duas décadas atrás era difícil de imaginar. A evolução e disponibilização generalizada de meios de comunicação até há pouco desconhecidos, ou só acessíveis a determinadas entidades, permitiram um acesso quase instantâneo à informação, numa quantidade indeterminável de fontes e a nível mundial.

Este acesso imediato a todo um manancial de informação acelerou as reações e transformou o mundo em que vivemos de forma rápida e em diversas áreas, políticas, económicas, culturais, científicas e sociais, tornando quase imprevisíveis as futuras evoluções e transformações. Destes diferentes aspetos, os mais reconhecidos e visíveis são as alterações económico-financeiras, contudo não é o tema predominante nos estudos sobre a globalização.

É comum ouvir-se dizer que vivemos numa “Aldeia Global”, pois temos conhecimento e acesso imediato a tudo o que se passa no mundo. Há duas décadas atrás, acontecimentos como a publicação de caricaturas num jornal, ou a publicação de um livro, muito dificilmente provocariam as ondas de protestos que se observaram a nível mundial. Um outro exemplo, mais recente, foi o caso Charlie Hebdo e a consequente onda de solidariedade “*je suis Charlie*” que gerou.

A este facto não é estranho o efeito mediático, mas tal efeito só é possível devido à acessibilidade generalizada a novas tecnologias e meios de comunicação imediatos, que tornam o fator distância negligenciável e influenciam a vida de todos nós. Assim, devido a este acesso ao conhecimento e informação, o sentimento de pertença e participação passou a ser também global, o que levou ao aparecimento de uma consciência de cidadania de âmbito mais lato e mais global.

a. Globalização e o papel do Estado-nação

Há historiadores (Rodrigues & Devezas, 2007) que afirmam que a globalização teve início nos séculos XV e XVI com as Descobertas Portuguesas e a subsequente expansão marítima da Europa. No contexto histórico, a Europa iniciou nessa altura o contacto com outros povos e outros continentes, instituindo relações comerciais e culturais. Contudo, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD), foi só no século



XX, que duas situações particulares deram origem à globalização como hoje a entendemos. Uma foi a rápida expansão e o fácil acesso às novas tecnologias de informação, outra foi o desaparecimento do mundo bipolar com a desagregação da União Soviética, tornando o mundo um só e completamente aberto ao capitalismo económico e às empresas multinacionais.

Se as origens consideradas são duas, as forças que alimentam o crescimento do processo de globalização, segundo a OECD podem ser três: liberalização dos movimentos de capitais e em particular a desregulamentação dos serviços financeiros; uma maior abertura dos mercados ao comércio e investimento, estimulando o crescimento da concorrência internacional; e o papel central da informação e comunicação na economia.

Assim, o termo "globalização" é amplamente utilizado para descrever a crescente internacionalização dos mercados de bens e serviços, o sistema financeiro, empresas e indústrias, tecnologia e concorrência (OECD, 2005).

O Dicionário das Relações Internacionais define globalização como: “Um conceito anglo-saxónico, forjado nas escolas de gestão americanas e sinónimo, em França, de mundialização; traduz o extraordinário desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 1980. Serve para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às atividades económicas capitalistas estender o seu campo de ação ao conjunto do planeta.” (Sousa, 2005). Existem várias teorias e definições de globalização as são abordadas no Anexo A.

Em todas as definições há características comuns representadas pela maior interdependência das economias num sistema capitalista, pela redução das distâncias, quer no fator espaço, quer no fator tempo, e pelo aparecimento de novos atores no cenário internacional que traduzem o envolvimento dos cidadãos com uma participação cívica a nível mundial e uma ideia comum de que o mundo está cada vez mais pequeno e que é único.

A globalização, entendida como sendo um fenómeno pós anos 1980, está ligada ao poder político e económico atingido pelos Estados Unidos da América (EUA) e ao seu modelo de economia capitalista. Mas, a globalização também teve impactos ao nível social com uma envolvimento direta da população mundial, o que modifica costumes, expande as novas técnicas científicas e tecnológicas, constrói e destrói mercados, com uma nova dinâmica em que o controlo estatal é difícil. O global trouxe novas formas de atividades



que são levadas a cabo com o avanço da tecnologia informática, em que transações comerciais feitas entre países são executadas em questão de segundos, obrigando as instituições de regulação estatais à contínua atualização para conseguirem cumprir a sua função (Cotrim, 2010).

De um modo simples, podemos afirmar que a globalização é um fenómeno de dispersão, senão mesmo explosão, do fazer e saber, podendo ter origem em qualquer ponto do globo e que atinge as pessoas, as populações, os Estados, as uniões de Estados e mesmo continentes, com uma influência ao nível social, político e económico de forma transversal em todas as sociedades.

Com o aumento e evolução das interligações dos Estados, de cada cidadão e outros atores institucionais ou não, a uma escala planetária, assiste-se à eliminação de fronteiras físicas e ao aparecimento de novos “territórios” e realidades sociais interligadas por novos “espaços” e evoluindo numa escala de tempo nova. Nestes “territórios” novos, a separação e distinções entre os assuntos internos e externos dos Estados ou outras entidades dilui-se e cria-se um processo global de mudança e união dos diferentes povos num sentir comum, numa sociedade mais global.

Já vários autores fizeram a sua interpretação da globalização, como Anthony Giddens que define a globalização como um conflito ideológico/político com duas vertentes, uma como a defendida por Immanuel Wallerstein com o conceito de Estado soberano limitado num contexto de uma economia capitalista mundial. Outra vertente é baseada num mundo sem fronteiras, contraposta à economia nacional, o fim do Estado-nação e em que a função governação, não está restrita aos governos nacionais. Para entender e explicar esta dualidade em conflito do fenómeno globalização, Boaventura Sousa Santos retrata-a como um confronto entre o local e o global. A sua conceção dualista vem afirmar que não existe globalização sem o localismo e, sobretudo, que o global aglutina o local, ocupa-lhe o espaço e diminui-o.

Mas, o que torna hoje este fenómeno de globalização distinto de todos os anteriores, é a intensidade, a rapidez e o impacto da “transnacionalização”, das interações políticas, económicas e sociais, incluindo a crescente influência dos *Media* na criação de perceções, nas vivências e nas experiências dos cidadãos.

Outra diferença, na atual globalização, comparada com os processos de expansão capitalista ocorridos em fases anteriores da história, é o processo de decomposição das economias nacionais e a posterior rearticulação destas num quadro de crescente



internacionalização que leva, por um lado, à redução dos meios de controlo e regulação ao dispor dos Estados-nação e por outro, a uma falta de capacidade do mesmo Estado de orientar as suas próprias políticas económicas e sociais sem quaisquer interferências. Ou seja, consiste no impacto de práticas e imposições transnacionais nas situações locais, as quais são assim reordenadas de forma a dar resposta a imperativos transnacionais. Segundo esta visão, a divisão da produção na globalização segue um padrão em que os países centrais se especializam em “localismos globalizados”, enquanto os países periféricos respondem com os “globalismos localizados”, utilizando a interpretação do Boaventura Santos (Santos, 2002). Dentro destes contextos apresentados, Portugal pode ser entendido de duas maneiras, uma como país individual, outro como país integrado num acordo regional, a UE.

Como país isolado e devido à sua dimensão económica, é fácil de entender que facilmente seria alvo de “globalismos localizados”, sem capacidade interna de impor e defender os seus interesses, podendo neste caso, ser considerada a globalização uma ameaça ao Estado, levando-o a estabelecer barreiras protecionistas para sobreviver, diminuindo a sua competitividade e impossibilitando o crescimento económico devido à existência de um mercado fechado.

Contudo, integrado como parte de uma união regional, que é considerada uma potência comercial mundial, Portugal pode beneficiar de uma abertura do mercado externo.

A atual crise económica pode ser vista como uma oportunidade, que embora penalizante para os cidadãos a curto prazo, poderá dar frutos a longo prazo. A solução mais adequada é efetuarem-se os ajustamentos estruturantes necessários na educação, na justiça, nas áreas fiscais e laborais e na inovação social, para aproveitar as oportunidades abertas pela economia global, criando um sistema económico e social adequado para o efeito. Terá de ser Portugal a adaptar-se ao mundo, controlando essa adaptação, pois o mundo não vai esperar por Portugal (Almeida, 2008).

A fragilidade de Portugal face à globalização tem como prova a dificuldade da economia acompanhar a retoma já iniciada por outros países europeus. Mas esta fragilidade não é endémica e temos muitos exemplos de globalização bem-sucedida em Portugal. Como exemplos, podemos apontar o sistema de portagens “ViaVerde”, que foi pioneiro e as empresas globalizadas como o grupo Jerónimo Martins. O seu administrador, José Soares dos Santos disse no âmbito da 4.^a Conferência de Economia e Gestão que “Portugal tem de perder o complexo da periferia, e aceitar o sentimento de globalização, da



não existência de fronteiras” e acrescentou “temos hipótese, em Portugal, de tornar conceitos em produtos. Há muitas empresas pequenas que podem ir para o exterior e, sobretudo, encontrar novos clientes, que estão nos fóruns internacionais e não em Lisboa ou no Porto” (Craveiro, 2006).

Assim, a globalização pode ser fonte de desenvolvimento para Portugal se as oportunidades abertas forem aproveitadas e se o Estado continuar a providenciar e promover ajustamentos necessários para preparar e capacitar a sociedade para responder positivamente à globalização.

b. A Globalização e a transformação da Cidadania

O dicionário de Relações Internacionais refere cidadania como: “O vocábulo que traduz a existência de um vínculo de natureza jurídica, estabelecido entre um indivíduo e um Estado. Através desse vínculo adquirem-se direitos e contraem-se deveres, criando-se, assim, uma ligação fundamental com a comunidade politicamente organizada. Hoje, o termo cidadania aparece associado a novas formas de organização política dos povos, sendo disso exemplo recente o conceito de cidadania europeia.” (Sousa, 2005).

Mas, segundo Norberto Bobbio, os direitos nascem quando são colocados novos desafios para os homens. Assim, com o aparecimento de novas formas de poder global e de domínio no mundo atual, está criado o desafio para o aparecimento dum novo conceito de cidadania global que possa contrapor-se às desigualdades resultantes de um novo estatuto e permitir um desenvolvimento social globalizado (Bobbio, 1992).

Se a nacionalidade é o vínculo político e jurídico de pertença a um dado Estado e adquire-se, regra geral, pelo nascimento, ou pela naturalização, a cidadania é uma faculdade atribuída aos sujeitos, através de direitos e deveres, criando-se uma ligação à comunidade (Sousa, 2005).

Como vimos na definição do dicionário de Relações Internacionais, a utilização da palavra cidadão não se restringe a quem possui direitos de qualquer ordem, mas expande-se o seu uso a quem quer que pertença a uma comunidade, seja ela uma cidade, um país ou qualquer outra de âmbito internacional ou supranacional. Assim, cidadania é um elemento de identificação e de aproximação, mesmo entre várias nacionalidades. É esta expansão da interpretação mais alargada de cidadania, que permite definir uma nova cidadania com mais direitos, mas também com mais deveres.

Esta nova cidadania, não se esgota no direito de voto e noutros direitos formais garantidos por via de uma Constituição, sob a tutela de um Estado. Por ser um novo



conceito de cidadania, pressupõe uma mudança intrínseca do próprio homem e da sua forma de estar e viver atual, além de uma aceitação da diversidade cultural, étnica, coletiva e global. A nova cidadania está intrinsecamente relacionada com uma nova condição social, a qual é representada por inúmeros agentes, e exerce-se em vários níveis e espaços interligados e articulados. Esta nova cidadania implica a possibilidade de participação individual na atividade política a nível global. Como exemplo, podemos utilizar a possibilidade de eleição de membros de um Estado da UE noutro Estado, desde que lá resida. Assim, reconstroem-se espaços comunitários e sociais, criam-se novas ligações para que os indivíduos sejam inseridos.

A questão da cidadania na era global é, pois, um problema a ser levado em conta quando se estuda uma ordem internacional em que se deseja uma globalização social que, com a ajuda do Direito Internacional como ponto de reconhecimento comum, pode fundamentar uma nova sociedade, baseada em redes diversas de comunicação e informação.

Assim, mesmo com a pluralidade e diversidade humana, haverá um elo de união comum, permitindo o diálogo, a segurança e a inter-relação através de instâncias internacionais, para além dos vínculos estatais e das imposições do mercado.

A *Internet*, que possibilitou a globalização dos mercados e das empresas, neste novo conceito de cidadania, tem um papel fundamental. Esta interpretação deve-se à existência de uma rede mundial, que sendo um sistema de informação e comunicação, transforma todo o cidadão, que era apenas consumidor e observador, num produtor e controlador de informação. O exercício direto desta nova cidadania deixa de ser um privilégio de uma minoria. Todos temos a noção do aumento exponencial dos canais de imagens na *Internet*, canais do tipo *Youtube*, onde acontecimentos são visionados, por vezes, somente alguns segundos depois de acontecerem, ou são muitas vezes introduzidos diretamente e utilizados para produção de opiniões e perceções, sendo mesmo referenciados por meios de comunicação social convencionais.

Esta é uma realidade a ter em conta na nova ordem social mundial. O novo cidadão global tem acesso direto a órgãos, quer do governo nacional, quer a entidades extranacionais com a mesma facilidade, e este facto desvincula-o das limitações e ordenamentos estatais nacionais.

Neste novo contexto, a força de conglomerados transnacionais, de esferas de decisão política, económica e de segurança e defesa, de grupos de Estados ligados por interesses



comuns e consórcios regionais, além de um pensamento económico de carácter hegemónico, tem retirado poder ao Estado, logo também aos seus cidadãos. Assim, esta nova cidadania assume uma consciência de relação com a causa pública, quer na escolha dos seus dirigentes e representantes, como num trabalho social que deverá ser realizado.

Na conceção da antiga cidadania, apontam-se alguns acontecimentos principais que estariam na origem da sua crise. O já referenciado anteriormente, e provavelmente o principal, será o enfraquecimento crescente dos Estado-nação com o avanço de uma economia cada vez mais global. Este enfraquecimento estará ligado ao facto de os instrumentos de política económica dos Estados estarem confinados às suas fronteiras, enquanto as dinâmicas financeiras e económicas já são mundiais e globais. Como prova deste facto temos o movimento de capitais especulativos, que se deslocam facilmente de um país para outro, retirando ao Estado-nação capacidades e diminuindo recursos à sua disposição para a execução das suas políticas, enfraquecendo-o. Esta possibilidade é um exemplo da diminuição da soberania estatal face a uma economia mundial desregulada e autónoma.

Uma vez que as instituições estatais nacionais perdem força e estas são as responsáveis por assegurar os direitos sociais, políticos e civis dos seus cidadãos, os valores de cidadania ficam ameaçados pelos objetivos de uma economia globalizada e a sua ênfase na competitividade, produtividade e livre circulação de capitais sem interesses de ordem social.

O sociólogo Renato Ortiz refere que a globalização coloca o desafio de imaginar a política em parâmetros universais e globalizada. Neste âmbito, o debate da cidadania realizado em termos tradicionais esgotou-se. Para abranger esta nova vertente da política será necessário também alargar o conceito de cidadania e entendermos o mundo como “sociedade civil mundial” (Ortiz, 1997).

Segundo Boaventura Santos, os direitos humanos só se podem efetivar legitimamente numa sociedade global, se enfrentarem o desafio do multiculturalismo, ou seja, se forem definidos não como direitos abstratos e universais, conforme a tradição ocidental, mas sim redefinidos a partir dos valores locais das diversas culturas (Santos, 1997).

Neste sentido, sabe-se que apenas a assinatura de acordos ou tratados não será suficiente para a formação de uma identidade comum. Não basta decidir-se pela integração e pelo conceito do novo cidadão se não existir uma cultura e uma história similares entre os



povos. Ainda há a questão da educação, a qual expressa os valores históricos e culturais das sociedades, unindo os cidadãos.

Põe-se, também, a possibilidade de os valores de igualdade serem aceites, ou não, por todos, a nível global, pois os conceitos clássicos de cidadania e igualdade seguem um modelo ocidental, oriundo da revolução Francesa, e esta conceção de cidadão, por exemplo, no Oriente, tem tido muita dificuldade em ser assimilada e aceite numa sociedade com uma noção de direitos e valores muito diferente (Held, 2013).

Também esta “sociedade civil mundial” necessitaria de instituições políticas e jurídicas que funcionassem num âmbito mundial, capazes de percorrer um caminho para uma igualdade, num plano global. Necessita da constituição de uma confederação de Estados e de organismos e instituições que defendam, num âmbito global, um núcleo de direitos humanos básicos e que sejam capazes de se impor aos interesses particulares dos Estados nacionais.

Contudo, os valores desta sociedade teriam de ser também globais e é aqui que se geram muitos problemas que só poderão ser ultrapassados através do entendimento de um pluralismo de valores. A condição necessária para se criar uma ordem jurídica supranacional será através de blocos regionais e assim, dar força a um direito comum e à cidadania tal como agora é concebida.

Um exemplo é a UE, que instituiu juridicamente, através do Tratado de Maastricht, explanado no seu artigo 8.º, e no Tratado de Amsterdão, nos artigos 17.º a 22.º, a cidadania europeia. Mas é importante dizer que esta cidadania comum, que abrange somente os cidadãos dos Estados membros da União, vem em complementaridade e não em substituição das cidadanias nacionais. A cidadania europeia limita-se ao direito de livre circulação e residência nos territórios dos países membros, ao poder de eleger ou ser eleito, para cargos de natureza municipal, no país de residência e do direito à proteção diplomática e consular no território de países fora da União, através de outro Estado membro. Mas esta norma traduz uma extensão de direitos que antes estavam limitados aos nacionais e é chamada cidadania supranacional (Eurocid, 2015).

A UE é hoje também o melhor exemplo para ilustrar a contração de poderes e de autonomia do Estado-nação para regular as atividades económicas e sociais.

A diminuição de soberania nacional é devida ao aparecimento de um “Estado” regulador, a UE. O seu poder regulador emana da capacidade para produzir legislação aplicável dentro do seu espaço em todos os Estados membros, sem que seja necessário



procedimentos de negociação. Devido a este direito comunitário vigente, os Estados membros não são os únicos a exercer o poder político e legislativo no seu território.

Contudo, a UE não retira aos Estados membros o poder de garantir os direitos dos seus nacionais. Há uma autonomia dos Estados para a sua definição e conteúdo, porém, dada a competência atribuída por esta globalização, a UE interfere nessa função de soberania dos Estados.

Ao nível da UE existe um sentimento global de cidadania europeia⁷, globalmente aceite e desejada, expressa pelo Eurobarómetro num levantamento efetuado em Outubro de 2013. Podemos considerar que em Portugal (Figura n.º 8), a perceção de cidadania europeia, está na média europeia que é de 59%.

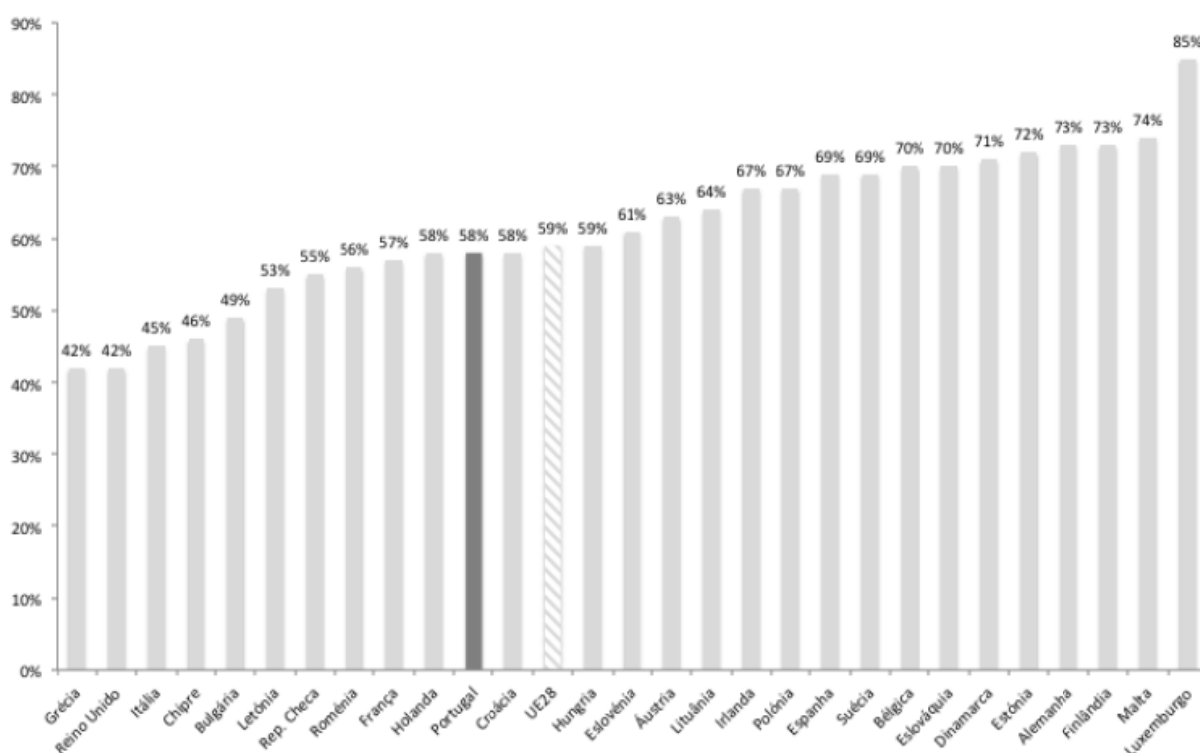


Figura n.º 8 - Sentimento de cidadania europeia.

Fonte: (UE, 2013)

Contudo, esta perceção não está equitativamente distribuída pela população, sendo mais forte em grupos etários jovens entre os 15-24 anos, com 80%, e ainda nos estudantes, grupo em que sobe para os 82% (UE, 2013).

⁷ Ver Anexo B fig.n.º28.



É de salientar que quando questionados, se achavam que Portugal poderia encarar melhor o futuro fora da UE, a opinião dos portugueses é sensivelmente igual à média dos outros países, ou seja 31% concordaram e 56% discordaram.

Em Portugal, 51% dos inquiridos acham que a UE facilita a execução de negócios na Europa, contra 35%, números semelhantes na resposta de que a União ajuda a ultrapassar os riscos e ameaças da globalização (UE, 2014).

Este sentimento de cidadania global reduz a importância da cidadania nacional, passando a existir direitos e deveres supranacionais, que ajudam os cidadãos numa integração social mais globalizante, enfraquecem as ligações ao Estado nacional, estabelecendo-as, em sua substituição, com o “Estado” supranacional. Este sentir pode fazer diminuir a ligação ao Estado-nação levando a uma diminuição de “vontade” da sua defesa pelo cidadão mais globalizado, o que tem implicações negativas na predisposição do cidadão para as tarefas de Segurança e Defesa do Estado.

c. Síntese conclusiva

A globalização é um fenómeno alimentado pela liberalização do movimento de capitais, a abertura dos mercados e, essencialmente, por meios de troca de informação e comunicação tecnicamente evoluídos e rápidos.

Apesar de estas capacidades terem sido primeiramente aproveitadas pelo poder económico internacional, a sua influência começou a sentir-se também ao nível social, político e cultural. A interação dos cidadãos a nível global também alterou as perceções de pertença a uma comunidade, levando a uma intervenção do cidadão a nível global e com uma influência na ordem internacional que até aqui não tinha.

Esta consciência global do cidadão ampliou também o seu vínculo para além do que tinha com o Estado-nação, capacitando-o com mais direitos e deveres, independentes do Estado e, conseqüentemente, enfraquecendo a sua relação com o mesmo. Esta multiplicidade de relações dos cidadãos produziu o aparecimento de um novo conceito de cidadania mais ampla e com um elevado grau de diversidade e pluralidade. Aqui, também as novas tecnologias de informação e comunicação foram essenciais, possibilitando um exercício direto da nova cidadania como produtor e controlador de informação em substituição de consumidor e observador, fora do controlo normativo do Estado-nação.

A cidadania tem tendência a ser cada vez mais global acompanhando a expansão social dos cidadãos, numa sociedade civil global, em que organismos de natureza e com valores globais seriam capazes de defender um núcleo básico de direitos e capazes de se



impor aos interesses particulares dos Estados-nação. Uma cidadania supranacional, a cidadania europeia, é reconhecida por todos os Estados da UE, em complementaridade da cidadania nacional.

A UE é também exemplo da contração dos poderes e soberania do Estado-nação, pois tem poderes e autonomia próprios, capazes de regular atividades económicas e sociais, nos territórios dos Estados membros.

Em Portugal este reconhecimento é efetivo e mais de metade da população revê-se nesta cidadania, apoia a sua integração na UE e acha que o país poderá encarar melhor o futuro dentro da União do que isolado. Este sentir traduz a redução de perceção de influência do Estado nacional na vida dos seus cidadãos e aumenta a sua interligação com o “Estado” supranacional.

Assim, os dados que fundamentaram a análise desenvolvida ao longo do presente capítulo permitem confirmar a hipótese 2, afirmando que os fenómenos da globalização e da integração europeia conduziram a uma redução do sentimento de cidadania nacional. Como consequência, houve um enfraquecimento da relação do cidadão com o Estado, o que dá resposta à QD2.



3. O cidadão português e o enfraquecimento do poder do Estado

Praticamente em todos os países da UE, nos últimos tempos, tem vindo em ritmo crescente a transparecer uma contínua apatia e descontentamento em relação às atuais formas de democracia, arrastando consigo o avanço dos partidos radicais, por vezes diametralmente opostos ao espírito da UE.

Para justificar esta situação tem-se ouvido constantemente falar de crise, o que está correto, pois estar em crise é estar numa situação de mudança, ou num processo de mudança, segundo a etimologia da palavra (Ciberduvidas da Língua Portuguesa, 2010).

Assim, podemos afirmar que em Portugal, o Estado e a sociedade civil atravessam um período de profunda crise. Este fenómeno não é exclusivo de Portugal, é o resultado de um fenómeno global, como vimos no capítulo anterior. Mas, em Portugal, as transformações têm uma forma e sentir especial, devido à tradicional dependência da sociedade portuguesa do Estado (Santos, et al., 1992).

A reconstituição e readaptação por que passam atualmente os Estados em resposta à globalização, envolvem geralmente, a devolução à sociedade civil de áreas ou aspetos de regulação social que anteriormente tinham sido confiadas ao Estado.

Quando ouvimos dizer que o cidadão português tem a perceção de que o Estado não cumpre integralmente as suas funções, o que queremos dizer? Será que este sentimento é real, ou será só fruto de uma transformação das relações entre a sociedade e o Estado, em função dos processos de globalização como está a acontecer por todo o mundo?

Assim, neste capítulo, vamos abordar o problema das transformações da sociedade portuguesa nas últimas décadas, conjugadas com o processo de globalização recente, abordado no capítulo anterior e a relação do cidadão português com o Estado.

a. O papel social do Estado

A presença do Estado tem tendência a diminuir com a globalização e uma nova noção de cidadania, mais ativa e menos dependente, deverá emergir. Contudo, em Portugal, a forte regulação estatal da vida social e a incapacidade de o Estado continuar a exercer o seu poder em determinadas áreas da vida social fazem emergir o sentimento de falta ou vazio, o que leva a que seja posto em causa por não continuar a desempenhar as funções, que no passado recente desempenhava. Esta postura é confirmada pela afirmação de César das Neves, “os portugueses fascinam-se com o Estado. Na maior parte dos outros países do mundo, as pessoas estão a tratar da sua vida. O Estado chega - umas vezes ajuda outras vezes complica - mas não é o agente central” (Neves, 2013).



Pode-se dizer que o desenvolvimento do papel social do Estado em Portugal, se deu num determinado contexto nacional de grandes transformações económicas, alterações demográficas e com um enquadramento internacional de aparecimento e desenvolvimento do chamado *welfare state*⁸ e de incremento dos direitos sociais.

Este desenvolvimento social surge como resultado de duas grandes guerras, de convulsões sociais violentas e crises económicas na Europa. A necessidade de desenvolvimento trouxe também a necessidade de compromissos entre as diversas classes sociais. As classes com mais posses aceitaram ser mais tributadas, enquanto as classes trabalhadoras renunciavam a reivindicações mais radicais de subversão da economia. A gestão destes compromissos recaiu no Estado, o que também lhe conferiu poder e independência em relação às forças sociais.

O Estado tutela as negociações entre as forças e transforma os recursos financeiros gerados pela tributação do capital privado e dos rendimentos salariais num capital social que gere num vasto conjunto de políticas públicas de carácter social. Estas políticas produzem uma responsabilidade pública que a médio e longo prazo aumentam a qualidade de vida, a produtividade do trabalho e a rentabilidade dos capitais investidos. Gera-se, assim, um investimento público nas comunicações, na investigação científica, em infraestruturas sociais, serviços públicos e políticas de apoio social (Freire, 2010).

Entendem-se estas políticas sociais como decorrentes dos direitos económicos e sociais das suas populações, traduzidas na despesa em bens ou serviços consumidos pelos cidadãos como a saúde, educação, justiça, serviços sociais, atividades culturais, transportes ou transferências de solidariedade social institucionalizadas pelo Estado, dos mais ricos para os mais pobres, dos empregados para os desempregados, da geração adulta e ativa para os reformados e dos saudáveis para os doentes.

A estrutura deste Estado-providência, à semelhança da maior parte das sociedades democráticas foi desenvolvida em torno de três dimensões básicas. A primeira no desenvolvimento das políticas gerais e das políticas compensatórias de proteção da população, em seguida a implementação de políticas macroeconómicas e de regulação económica, introduzindo correções e regras no mercado. Como terceira dimensão, o Estado estabeleceu formas de conciliação, institucionalizando a concertação entre os diferentes

⁸ Sistema político que garante um vasto leque de benefícios sociais aos seus cidadãos (Sousa, 2005). Também conhecido como Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social, que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.



parceiros sociais e económicos, diminuindo as desigualdades sociais (Mozzicafreddo, 1992).

Em Portugal, até finais dos anos 1960, o Estado-Novo, assente nas ideias do corporativismo, foi construindo um sistema de Previdência Social, baseado apenas na comparticipação financeira do trabalhador e do empregador.

As movimentações políticas decorrentes do 25 de Abril de 1974, em acordo com novas ideologias, procuraram promover as condições para a construção gradual de um sistema de Segurança Social, com o intuito de substituir o sistema anterior (Pereirinha & Carolo, 2006).

O Estado-providência em Portugal desenvolveu-se num modelo universalista. Mas, devido ao baixo nível de desenvolvimento, foi necessário uma predominância do papel do Estado, quer no processo de regulação político, quer na gestão e desenvolvimento da estrutura do sistema.

O Estado apresenta-se então como um Estado protetor, reconhecendo a todos o direito a uma vida digna, mesmo nas situações de risco que envolvem a doença, a falta de trabalho ou a velhice (Barreto, 2000). Este estatuto do Estado mantém-se até hoje através de garantia constitucional no artigo 63.º da Constituição, sobre segurança social e solidariedade, em que atribui ao Estado a responsabilidade de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social (AR, 2005).

O fenómeno da globalização vem alterar a posição do Estado e as relações anteriormente abordadas. No início deste sistema o Estado era a garantia dos direitos civis, políticos, sociais e económicos. Mas, atualmente, o Estado devido à diminuição da capacidade de controlo económico e à dificuldade de estabelecer políticas autónomas, não está só a ficar limitado nas funções sociais, mas também está a ser limitado na sua soberania.

Com base na teoria de Rousseau, o poder do Estado residia no consentimento e representava a vontade geral da população e a soberania é a autoridade suprema do Estado exercida no cenário internacional, em que os Estados, até ao século XX eram os principais e únicos atores (Rousseau, 1999).

Este *status quo* alterou-se com o aparecimento de organizações supranacionais e transnacionais com capacidade de intervenção no poder absoluto do Estado, começando consequentemente a sofrer a competição destas instituições de poder. Esta competição



tornou-se ainda mais evidente com a globalização e expandiu-se para as empresas multinacionais e outros fenómenos globalizantes de carácter social.

Como resposta a esta ameaça os Estados, através de acordos ou tratados, aceitaram que organizações regionais, transnacionais ou instituições externas pudessem exercer funções que até aí eram da sua exclusiva responsabilidade e cuja execução dependia da sua vontade. Para além das funções legislativas do Parlamento Europeu que têm força de lei nos diversos países da União, ou os acordos multilaterais, também outras organizações globais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras, estão a ter uma crescente influência reguladora na conduta do Estado nacional, facilitando as relações intraestatais, mas também impondo restrições ao outrora poder supremo do Estado.

A influência de empresas transnacionais, com a sua lógica de operação e estratégias distintas que não estão condicionadas por razões de Estado, mas pela busca de mercados e condições de investimento atraentes, independentemente da sua localização, juntamente com um fluxo de capitais indiferente às fronteiras, tornou-se fator limitador para os Estados nacionais, pois retirou-lhe capacidade de exercer um poder regulador autónomo, impondo a sua vontade através da dependência e necessidade do Estado de atrair investimentos externos.

Não obstante as ideias neoliberais de um Estado mínimo, com pouca influência na gestão da economia e relações sociais, constata-se que há um aumento das despesas sociais do Estado nas economias mais importantes, como na EU28 (PORDATA, 2014). Contudo, esta situação não significa que se esteja a regressar para um Estado com uma função de providência.

Como exemplo destas novas ideias para as funções do Estado podemos referir as observações, já de 1997, com o título de “O Estado num mundo em mudança”, do Banco Mundial afirmando que “O Estado tem um importante papel no desenvolvimento económico e social, como parceiro, catalisador e facilitador. Um Estado, efetivo e não mínimo, é necessário para providenciar bens, serviços, regras e instituições que permitam aos mercados florescer e às pessoas levarem uma vida mais saudável e mais feliz” (World Bank, 1997). Esta afirmação apesar de não reconhecer a soberania total do Estado, reconhece que será necessário a sua participação para uma evolução socioeconómica. O desenvolvimento económico e social sustentável não é possível sem um Estado participativo, como parceiro e facilitador, mas não como diretor.



Também a revista “The Economist” num artigo intitulado “*More for less*”, faz referência à diminuição do envolvimento do Estado devido a sucessivas crises financeiras nos países nórdicos, aqueles que eram os mais generosos em termos de apoio social.

Os legisladores responderam à quase falência do sistema de apoios sociais, alterando os seus hábitos e, acima de tudo, equilibrando os seus orçamentos. Os suecos, por exemplo, reduziram a sua dívida de 84% do PIB em 1996 para 49% em 2011. Esta redução foi possível por diminuição da dependência estatal dos serviços e o aparecimento de novas ideias e opções de apoio social, com uma abertura, ou mesmo concorrência, entre o setor público e privado, quer na saúde, quer na educação (The Economist, 2013).

Assim, não será de estranhar que em Portugal também se adotem algumas políticas que visam retirar da responsabilidade do Estado algumas funções sociais. Contudo, não será possível a diminuição da sua responsabilidade reguladora de todo o sistema. É esta redução de capacidades e tentativa de repartição das responsabilidades que anteriormente lhe competiam que tem levado o cidadão português, juntamente com algumas campanhas mediáticas, a ter a perceção de abandono do Estado da sua função social. Na figura n.º 9 podemos observar que as despesas do Estado se têm mantido, exceto na segurança e ação social, que aumentou visivelmente, principalmente com o aumento das pensões sociais, devido a fatores como o aumento de desempregados e de pensionistas e à diminuição nas participações da população ativa.

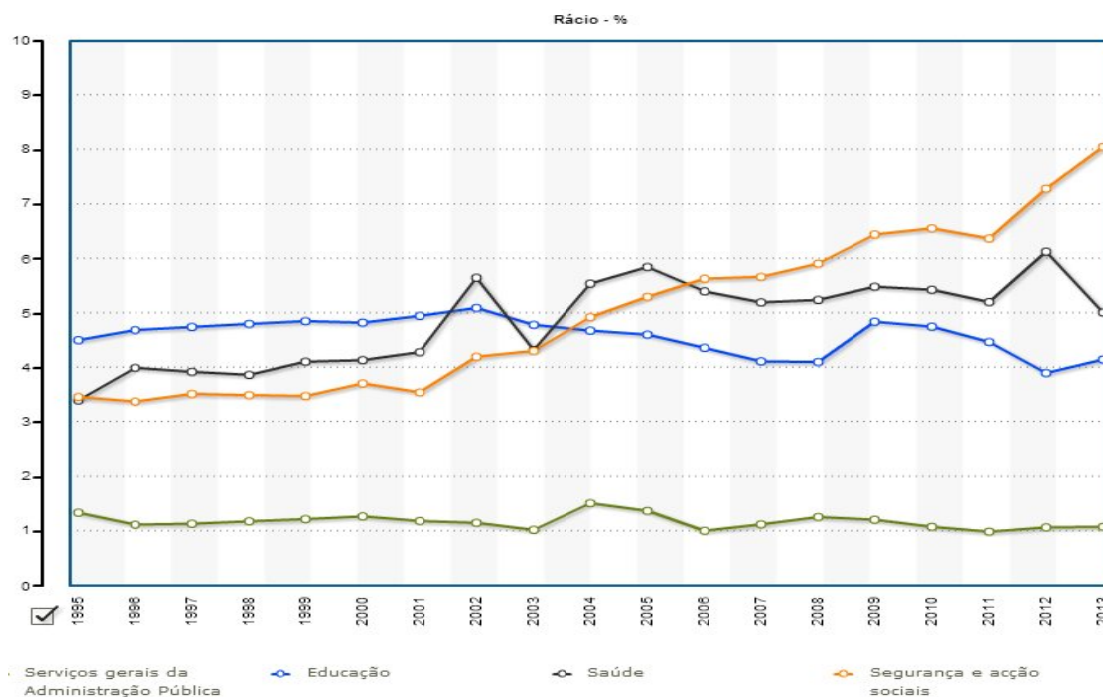


Figura n.º 9 – Despesa do Estado em percentagem do PIB, por funções.

Fonte: (PORDATA, 2014)



Esta percepção de falta de ação do Estado deve-se à sua diminuição de capacidade para fazer face às crescentes despesas de carácter social e adotar medidas, que apesar de estarem a ser aplicadas noutros países e serem aceites com êxito, em Portugal, devido à longa dependência do Estado, maiores necessidades devido à atual situação económica e desconfiança do setor social privado, levam ao aumento do sentimento de insegurança social e à percepção da inatividade do Estado.

b. Nova Cidadania e Estado

A ideia de que a cidadania tem uma relação difícil com a globalização é plausível. Cidadania deriva da existência de uma comunidade de pessoas e uma política incorporada num Estado geograficamente delimitado, reconhecido por outros Estados (Porto Editora, 2015).

A globalização, por outro lado, é um fenómeno que afeta as dimensões políticas, económicas, socioculturais e tecnológicas e refere-se a integração e interconexão.

Porque os bens, os serviços, as ideias e as pessoas sempre se movimentaram ao redor do globo, a referência à globalização respeita a uma mudança na magnitude deste movimento de crescente interconectividade, em que aumentaram os fluxos de bens, serviços, pessoas e ideias através dos canais tradicionais, mas também através de outras novas vias tornando a relação entre o cidadão e o Estado-nação mais complexa.

Há dois aspetos da globalização que têm implicação na cidadania. O primeiro diz respeito ao movimento de pessoas através das fronteiras nacionais para trabalhar e viver, levantando questões de identidade nacional e pertença, além de direitos nessa comunidade. O segundo respeita à essência da globalização estar na existência de organizações transnacionais e multinacionais que se sobrepõem à soberania nacional. Estas duas questões existem em simultâneo com o Estado-nação e complicam a aplicação dos deveres, direitos e privilégios que estão embebidos na cidadania (Almeida, 2002).

Há outros aspetos que, apesar de não serem novos, são uma manifestação da globalização e criam alguma pressão na soberania do Estado, como a facilidade de deslocamento a nível global de pessoas e bens, que intensifica a globalização. Outro é o avanço tecnológico dos meios de comunicação que facilitou o fluxo de capitais e que também simplificou a interligação dos indivíduos, de ideias e culturas de uma forma global até aqui sem precedentes.

A grande maioria da literatura explora só a cultura e identidade nacional, na sua relação com um Estado-nação e com os direitos e deveres de cidadania adquiridos através



da relação com esse Estado. Porém, tem surgido algum debate na comunidade das ciências sociais de que a cultura e identidade são primordiais e fixadas através da nacionalidade, mas também a etnia e religião. Esta ideia é expressa por Samuel Huntington, no seu livro “O Choque de Civilizações” (Huntington, 1997).

Outro ponto de vista é que cultura e identidade são fluidas e podem ser socialmente construídas. Nesta visão o indivíduo possui “qualquer número de identidades. Algumas dessas identidades interseitam-se ou colidem com outras e todas elas se alteram ao longo do tempo e de acordo com o contexto”. (Schnapper, 1998) Esta visão defende que a identidade pode ser flexível, modificando-se ao longo do tempo e lugares, para os indivíduos e para as sociedades.

Estas duas abordagens são importantes, pois se como Samuel Huntington defende que a identidade é imutável, as migrações de pessoas de diversas culturas e valores através das fronteiras conduz a uma desagregação da comunidade de cidadãos e ao enfraquecer esta ligação, enfraquece também o Estado. Assim, neste contexto, a globalização tem um efeito erosivo nas ligações entre o Estado-Nação e a sociedade (Ruivo, 1999).

Se, por outro lado, a identidade é fluida e maleável, a globalização pode alterar o carácter específico da sociedade, mantendo-se o Estado como uma entidade mais robusta, com capacidade de se adaptar e evoluir, alargando e integrando os novos cidadãos.

Em Portugal, devido à sua história multicultural e à integração na UE, a segunda abordagem é aquela que tem sido mais adotada pela sociedade.

A institucionalização da cidadania europeia no Tratado da UE foi, sem dúvida, o mais importante esforço de fazer uma ponte entre as instituições da União e os cidadãos e alargou a noção de cidadania vigente, fazendo com que os europeus sentissem a construção europeia como algo seu, para além das regulamentações económicas e administrativas, algo que tem a ver com os seus direitos e deveres e que interfere com a sua identidade.

Contudo, a cidadania nacional continua a ser individual de Estado para Estado e a sua atribuição definida por diferentes requisitos nacionais. Na Alemanha, por exemplo, a cidadania está muito relacionada com o “direito de sangue”. Noutros países, como a França, a cidadania é concedida facilmente a cidadãos de um país terceiro que sejam imigrantes de segunda ou terceira geração. Em Portugal, a lei atribui a nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui residir. Também podem requerer a nacionalidade portuguesa os nascidos em território português, filhos de



estrangeiros, que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos, cinco anos (AR, 2006).

Um problema atual na Europa é o de milhões de nacionais de países terceiros que a povoam e que são maioria em alguns locais. Isto é uma realidade e estes elementos são já parte do “povo europeu” e da “identidade europeia”. A vivência com esta diversidade e multiculturalismo é um grande desafio para a UE como potência regional e individualmente para os países que a compõem.

Estes desafios são também impostos ao conceito de cidadania, pois há alguma discussão sobre se a essência da cidadania irá para a relação do indivíduo com o Estado, ou se é a sociedade e o bem comum que a determinam. Contudo, devido aos últimos atentados terroristas em território europeu, cada vez ganha mais importância o conceito de pertença e da cultura.

A ideia de uma nova cidadania ativa e global, problematiza a equação da cidadania e da nacionalidade face a novas realidades tais como: globalização, fluxos migratórios e problemas ecológicos, com um envolvimento direto responsável e ativo, numa participação efetiva e contínua. Na Europa e em Portugal em particular, o aumento da literacia e das habilitações favorece a tendência para o aumento da participação social, de uma cidadania ativa. Vive-se hoje com formas de globalização que tornam cada vez mais premente uma proximidade das instituições aos cidadãos. Já Roberto Carneiro, antigo ministro da educação de Portugal, defendia a partilha das responsabilidades do Estado e a participação dos cidadãos ao afirmar: “Não é sustentável manter-se a postura monopolista e arrogante de um Estado do século XIX, que se substituiu ao cidadão maioritariamente analfabeto, em pleno século XXI. Hoje, a maioria dos cidadãos tem estudos básicos, no mínimo, ou superiores, em proporção crescente; a chaga do analfabetismo, ainda que persistindo, é residual; e a sociedade civil revela condições e desejos legítimos de auto-organização, inexistentes há dois séculos” (Carneiro, 2012).

Também os cidadãos não pretendem resumir a sua participação aos atos eleitorais, mas pretendem contribuir para a resolução dos problemas que os afetam, desenvolvendo uma cidadania ativa nacional, no contexto europeu e global. Segundo Olinda Rio, no artigo publicado no periódico do Centro de Informação *Europe Direct* de Aveiro (CIEDA): “As tradicionais relações verticais entre governos e governados estão a dar lugar às relações horizontais da governação, em que as Instituições políticas partilham o seu poder e agem



em parceria com outros interlocutores, mantendo a sua posição central apenas para coordenar, mediar e negociar os interesses dos diferentes atores que colocam os seus recursos, as suas capacidades e os seus projetos numa rede comum e partilham deveres e responsabilidades” (Rio, 2012).

Contudo, na sociedade portuguesa prevalece a ideia de que os eleitos não atendem às esperanças e interesses dos eleitores, e é essa a origem da perceção da baixa qualidade do regime. A má avaliação do regime efetuado pelos portugueses, comprovada nas sondagens do Eurobarómetro e da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), está relacionada com a capacidade de resposta do sistema político e não com o regime em si ou com o Estado. Está relacionada (Figura n.º 10) com a capacidade de resposta da classe política em geral e dos governantes em particular às expectativas e às exigências dos cidadãos (SEDES, 2009) (UE, 2013).

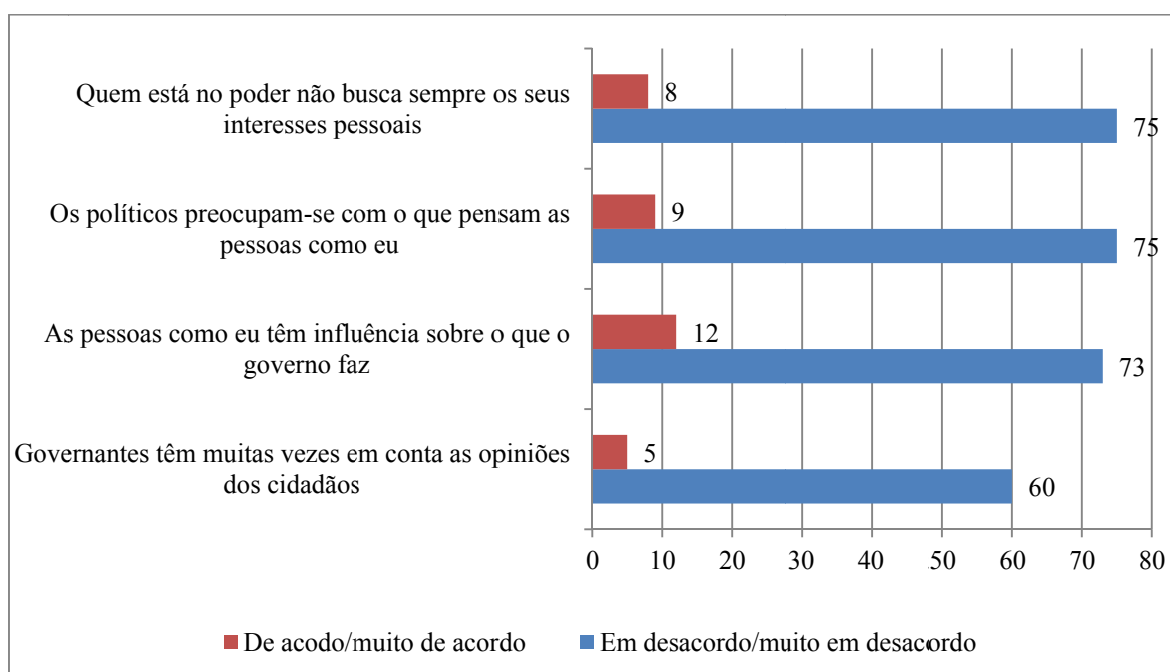


Figura n.º 10 – Perceções sobre capacidade de resposta do poder político.

Fonte: (SEDES, 2009)

Esta postura está relacionada com a nova noção de cidadania, que deu origem a fenómenos como o “Podemos” em Espanha, construindo uma nova presença política dos cidadãos face aos modelos tradicionais. Em Portugal, devido a uma tradicional dependência psicológica do Estado, e mesmo a um grande afastamento dos cidadãos da participação ativa na política do Estado e na sociedade, indicia que daqui para a frente, a participação ativa dos cidadãos embora mais lenta do que noutros países, será crescente,



principalmente se esta tendência continuar a aumentar na Europa, como parece estar a acontecer.

Assim, será importante para o futuro a tónica da governação estar na cidadania, renovando e redefinindo as fronteiras entre o governo e a sociedade, tirando valor da participação desta para enfrentar os desafios e legitimando o poder atribuído às entidades públicas, pois a implantação de políticas não conseguirá ser plena se os cidadãos não as entenderem ou apoiarem. A governação terá de passar por centralizar-se nos cidadãos e na implementação de práticas que encorajem de forma permanente o exercício de cidadania plena e ativa e o assumir das suas responsabilidades. Para este estágio contribuem também as políticas de descentralização administrativa do Estado iniciadas há algum tempo em Portugal. Por exemplo, a descentralização de funções prestadoras foi um dos objetivos fundamentais do XVII Governo constitucional (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).

Esta descentralização, principalmente no que se relaciona com a passagem de competências para a Administração Local, coloca competências mais perto dos cidadãos em áreas que pela sua natureza não exigem a respetiva centralização, pois localmente há um melhor conhecimento específico nas áreas como a cultura, segurança social, educação e saúde.

Para haver uma participação dos cidadãos é necessário que exista também um investimento a nível de educação e mudança de posturas adquiridas ao longo das últimas décadas. O reforço de uma formação de cidadania deverá ser iniciado a nível escolar. Para este fim deverão contribuir as iniciativas lançadas e um enquadramento curricular da Educação para a Cidadania, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Esta iniciativa assenta no princípio de que a escola constitui um importante contexto para a aprendizagem do exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os direitos humanos, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, educação rodoviária, educação financeira, educação do consumidor, educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento, educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado, educação para os *Media*; dimensão europeia da educação; e educação para a saúde (GP, 2014).



A educação de cidadania será a garantia de desenvolvimento de novas capacidades e valências dos cidadãos para o futuro e um comprometimento dos cidadãos com os objetivos do Estado.

Contudo, este é um processo em execução e não é possível determinar ainda o seu resultado final. Também não é claro se o atual distanciamento é devido a uma situação conjuntural, ou se será de carácter mais permanente; se for permanente terá naturalmente graves implicações para a Segurança e Defesa do Estado.

c. Síntese conclusiva

O papel social do Estado em Portugal deu-se num contexto de grandes transformações económicas, demográficas e com o enquadramento internacional de desenvolvimento dos direitos sociais. A tutela deste apoio social recaiu sobre o Estado, transformando recursos financeiros em políticas públicas e sociais.

O Estado em Portugal, nas últimas décadas, apresentou-se como um Estado protetor, procurando proporcionar a todos um conjunto de apoios sociais, reconhecidos na Constituição.

A globalização veio alterar a posição do Estado nas relações com os cidadãos. A diminuição do poder e capacidade do Estado de executar políticas económicas e sociais autónomas devido à diminuição do seu controlo dos mercados financeiros levou a um sentimento coletivo de alheamento do Estado, pelo facto de deixar de providenciar as respostas a que os cidadãos estavam habituados.

A resposta à globalização e à dependência externa do Estado veio através da sua inclusão em organizações regionais que, apesar de imporem alguma perda de soberania, permitiam ter uma capacidade reguladora mais efetiva e reforçavam, deste modo, algum poder do Estado nacional.

Mas não foi só o Estado nas suas relações económicas que foi influenciado pela globalização, os cidadãos ganharam uma noção de cidadania global, diminuindo o sentimento de pertença e dependência exclusiva, o que fez aumentar o sentimento de debilidade do Estado nacional. A redução de capacidades do Estado e repartição das responsabilidades que anteriormente lhe competiam, juntamente com algumas campanhas mediáticas, têm levado o cidadão português a ter a perceção de abandono do Estado da sua função social. Esta perceção em Portugal é essencialmente devida à longa dependência do Estado, conjuntamente com o aumento das necessidades devido à atual situação económica, e ainda desconfiança no setor social privado.



Todas estas transformações levam à necessidade de uma nova postura social, a uma nova cidadania, resultante de um alargar do conhecimento e interligações. Também a entrada de imigrantes trouxe as noções de cidadania para um patamar mais abrangente de caráter mais multicultural e multiétnico, levantando desafios de adaptação ao Estado-nação.

No assimilar desta nova função de cidadania esteve a institucionalização da cidadania europeia, que impôs uma visão nova de desenvolvimento social mais globalizado e transnacional, resultado de um maior grau de literacia e consciência cívica que impôs uma maior participação dos cidadãos na governação dos Estados e da UE.

O aumento de uma consciência de cidadania levou à necessidade do reforço na educação para a cidadania, nos vários níveis de ensino, com o objetivo de garantia, nesta área, de novas capacidades e valências no futuro. A dimensão de defesa e segurança prevista, poderá contribuir para reduzir o distanciamento do cidadão face às questões de Segurança e Defesa.

A análise desenvolvida ao longo do presente capítulo permitiu confirmar a hipótese 3, porque se verificou a existência da perceção, por parte do cidadão português, de que o Estado não cumpre integralmente as suas funções e, por isso, sente-se menos comprometido com os objetivos nacionais do Estado, o que responde à QD3.



Conclusões

O presente estudo incidiu sobre a identificação e caracterização dos fatores que contribuíram para as alterações estruturais da sociedade portuguesa, a sua influência na percepção e confiança dos cidadãos nas instituições do Estado e a sua relação com a Segurança e Defesa. Para tal, partiu-se da seguinte QC:

Em que medida as alterações estruturais da sociedade portuguesa afetam o posicionamento dos cidadãos face aos objetivos nacionais e à Segurança e Defesa do Estado?

O percurso de investigação desenvolvido, baseado no método hipotético-dedutivo, compreendeu três etapas. A primeira caracterizou-se pela recolha de dados, pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas exploratórias que permitiram circunscrever o objeto da problemática em estudo e formular a QC. Uma segunda etapa estabeleceu o modelo de análise, tendo por base uma QC, a partir da qual foram determinadas três QD e as respetivas hipóteses. Na última etapa, fez-se a verificação das Hipóteses, através da análise dos dados estatísticos obtidos, análise da documentação coligida e bibliografia disponível.

O produto do trabalho de investigação realizado foi dividido em três capítulos. O primeiro centrou-se na caracterização das transformações sofridas pela sociedade portuguesa nas últimas décadas com o intuito de identificar se estas alterações tiveram implicações na Segurança e Defesa do Estado. No segundo capítulo foi abordada a problemática da globalização e a sua influência na diminuição das capacidades do Estado-nação e na nova noção de cidadania. Por último, no terceiro capítulo, foi analisado o papel do Estado e as percepções e envolvimento do cidadão português com os objetivos do Estado, tendo em conta uma nova noção de cidadania ativa decorrente do fenómeno de globalização.

A confrontação entre as proposições de partida e os resultados alcançados pela investigação e análise efetuada permitiu concluir o seguinte: apesar das rápidas e profundas alterações que ocorreram em Portugal no período estudado, as mesmas foram predominantemente positivas para a sociedade em geral. Após a chegada dos portugueses das ex-colónias, a população não variou muito em número, mas houve um aumento da diversificação étnica e cultural devido à passagem de país de emigrantes para país de imigração. Devido à diminuição acentuada da natalidade, foi justamente a imigração que permitiu que a população residente se mantivesse estável e não decrescesse. A entrada de



imigrantes foi possível pelo desenvolvimento e abertura da economia, principalmente depois da adesão à UE. Desenvolvimento este facto que influenciou uma alteração na distribuição da população ativa por setor de atividade, passando dum emprego que estava maioritariamente no setor primário, para uma situação em que a maioria da população ativa trabalha no setor terciário, com uma integração total das mulheres no mercado de trabalho atingindo atualmente a maioria no setor e também na frequência do ensino superior.

O alargamento e aumento da escolaridade obrigatória a toda a população jovem, erradicou o analfabetismo nesta faixa etária. Também na saúde e segurança social foram atingidos patamares de desenvolvimento bastante positivos, devido à intervenção estatal nesta área, que se tem traduzido num aumento constante da despesa do Estado. A confrontação social está hoje em níveis mais baixos do que no passado, apesar de, após uma diminuição, ter aumentado a partir de 2008, principalmente no setor público, devido ao processo de ajustamento da despesa pública.

Foi efetuado um grande investimento na integração nacional, que se considera plenamente atingido, pois tornou-se menos relevante a localização territorial para o acesso pelos cidadãos às funções do Estado e serviços públicos, apesar de se comprovar uma evidente litoralização da população residente. Também foi relevante a urbanização da população, com assimetrias de ocupação do território nacional, que constituiu uma base essencial para as dinâmicas de desenvolvimento e de bipolarização nas áreas metropolitanas.

Em relação às ameaças e à Segurança e Defesa do Estado, essas são globais e não estão no interior da sociedade. Quer o Estado, quer os cidadãos, têm a mesma visão das ameaças, ou seja, consideram que a situação económica, o terrorismo transnacional e o crime organizado transnacional são as principais ameaças, apoiando, pois, a integração de Portugal em alianças e acordos multinacionais e considerando-os positivos e provedores de segurança. Os cidadãos apoiam e acreditam nas suas FFAA.

Contudo, devido à melhoria do bem-estar social e à perceção de segurança como um bem adquirido, o interesse dos cidadãos pelos temas de Segurança e Defesa é bastante diminuto. Ainda assim, acreditam nas capacidades de Segurança e Defesa do Estado, pois continuam a apoiar e rever-se nas linhas de compromissos do Estado nesta área.

Na análise efetuada referente à globalização foram abordadas várias interpretações do fenómeno e determinadas as alterações que provocam quer ao nível económico, quer social do Estado-nação. A globalização cria delegações de poder de cima para baixo -



delegação de responsabilidades do Estado no poder local, mas também uma delegação de poder para cima, isto é, do Estado para entidades supranacionais, com alianças regionais, mas com perda de algum grau de soberania.

É permitido concluir que as interpretações do papel do Estado na globalização oscilam entre uma posição radical, que considera que o Estado está num processo de extinção e uma visão mais moderada, que, reconhecendo uma alteração de poder do Estado, atribui-lhe funções importantes de regulação e controlo para garantir o bem-estar dos seus cidadãos.

Também referente aos cidadãos houve alterações provocadas pela globalização, nomeadamente na sua capacidade de intervenção e a noção de uma nova cidadania, mais ativa e participativa. Em Portugal a cidadania europeia tem um reconhecimento efetivo e mais de metade da população reverte nela, apoia a integração na UE e acha que o país poderá encarar melhor o futuro dentro da União do que fora dela. Este sentir traduz a redução de perceção de influência do Estado na vida dos seus cidadãos e aumenta a sua interligação com o “Estado” supranacional.

Do ponto de vista social, em Portugal, a intervenção do Estado deu-se num contexto de grandes transformações económicas, demográficas e com o enquadramento internacional de desenvolvimento dos direitos sociais.

A tutela deste apoio social foi chamada a si pelo próprio Estado, que transformava recursos financeiros num conjunto de políticas públicas e sociais, apresentando-se como um Estado protetor e reconhecendo a todos o direito a uma vida digna, mesmo nas situações de risco que envolvem a doença, a falta de trabalho ou a velhice, estabelecido na Constituição, no seu artigo 63.º, até hoje.

A globalização veio alterar a posição do Estado e as suas relações com os cidadãos em resultado do desaparecimento do seu poder absoluto. A diminuição da sua capacidade de executar políticas económicas e sociais autónomas devido à impossibilidade de controlo dos mercados financeiros que se tornaram globais e desregulados e consequentemente deixar de providenciar respostas às quais os cidadãos estavam habituados, aliada a uma tendência para os governos delegarem algumas das suas responsabilidades para entidades de âmbito local, levaram a um sentimento coletivo de enfraquecimento do Estado.

Em Portugal, devido à longa dependência estatal, as transformações para uma nova noção de cidadania participativa poderão ser lentas, mas serão, obrigatoriamente, crescentes.



Este aumento da necessidade de uma consciência de cidadania mais ativa e participativa também levou ao projeto de reforço na educação para a cidadania nos vários níveis de ensino, com o objetivo de garantir novas capacidades e valências nesta área. Uma das dimensões da educação para a cidadania é a educação para a Defesa e Segurança. Sendo eficaz, poderá contribuir para uma maior adesão dos cidadãos às necessidades de Segurança e Defesa do Estado e será a garantia para o futuro de um alinhamento dos cidadãos com os objetivos do Estado.

Face ao que foi abordado e apesar das limitações impostas, de tempo e espaço, que fez com que algumas áreas, talvez importantes, não fossem também abordadas, permitenos responder à QC:

As alterações estruturais da sociedade portuguesa afetaram o posicionamento dos cidadãos face ao Estado, mas os objetivos nacionais de Segurança e Defesa não são colocados em questão, antes pelo contrário; dos estudos realizados, quando confrontados com questões fechadas, há uma maior percentagem de cidadãos que concordam e apoiam as FFAA e as políticas de defesa do que cidadãos que discordam.

Contudo, ficou evidente no estudo, um afastamento dos temas de segurança e defesa nacional dos cidadãos. Este distanciamento será devido ao sentimento de segurança e de bem-estar social, ao fim do serviço militar obrigatório que dava uma característica de universalidade às FFAA com uma envolvimento pessoal dos cidadãos na segurança e defesa do Estado, a utilização externa das FFAA e o afastamento destes temas do cidadão comum, devido à sua intelectualização e discussão em círculos mais ou menos fechados, contrário ao desejável, pois a Defesa Nacional é responsabilidade de todos. Mas, apesar de haver uma perceção geral de diminuto apoio da população às FFAA, o estudo e várias sondagens mostram que estas são apoiadas e a sua importância é reconhecida (questionário com perguntas fechadas).

Para clarificar esta situação será importante perceber o envolvimento dos cidadãos de uma forma espontânea, sendo que para conseguir um maior envolvimento e apreço, será importante aprofundar e utilizar as iniciativas já existentes a nível escolar, englobando o tema “Segurança e Defesa” na educação para a cidadania, fazendo evoluir os estudantes numa escala crescente dos conhecimentos e das atitudes e aproveitando situações e competências tratadas noutras áreas disciplinares. Será importante um envolvimento direto das FFAA com as escolas e poder local, preferencialmente através das unidades militares



da região, para aumentar a aproximação à população e dar a conhecer a sua missão e realidades, capacidades e possibilidades de futuro.

Estas ações, a nível escolar, podem iniciar-se por atividades circum-escolares nas unidades militares, abertura para ações de formação de nível escolar durante períodos de férias, idênticos aos já executados internamente através dos Serviços Sociais na Força Aérea e à semelhança do que fazem algumas universidades com alunos do ensino secundário de que são exemplo os Cursos de Verão, na Universidade Católica. Esta aproximação levaria a um melhor conhecimento e interação entre os jovens cidadãos e os temas associados à Segurança e Defesa, identidade nacional e à carreira militar.

Por outro lado, considera-se de suma importância, trazer para o público em geral as missões executadas pelas FFAA em programas específicos, tirando vantagem do efeito mediático destas e o crédito da televisão, semelhante ao que já foi efetuado no passado com programas regulares produzidos pelas FFAA.

Devido à importância e âmbito alargado do tema considera-se interessante e útil que o mesmo seja aprofundado em trabalhos futuros, e que se explorem os resultados possíveis de uma maior interação das FFAA com a escola civil e da escola civil com as FFAA.

Ainda e muito oportuno, no imediato, será estudar a influência, quer na cultura das FFAA, quer na sociedade portuguesa em geral, que poderá ter o crescente aparecimento de filhos de imigrantes nas fileiras.

Outro tema que deverá ser analisado é a utilização da televisão como instrumento para implementar a melhoria do conhecimento e envolvimento nos temas de Segurança e Defesa Nacional.

Neste momento marcante de crise em que ainda é difícil, senão impossível, prever o estágio final, deverá haver um profundo debate para encontrar o caminho que Portugal como Nação deve percorrer e efetuar as mudanças necessárias. Neste aspeto, as FFAA poderão ser um ponto de referência devido às transformações já efetuadas e aos objetivos já alcançados, também num curto espaço temporal e à sua experiência ao nível estratégico e tático.

Demonstrando os estudos que as FFAA são a instituição estatal mais apreciada pelos portugueses, crê-se que o caminho estará aberto para o crescente envolvimento, sobretudo dos jovens, com a instituição militar. Este é, seguramente, um dos nossos desafios.



Bibliografia

Almeida, J. M. d., 2008. Globalização e Portugal. *Diário Económico*, 7 Jul., Issue Relações Económicas Internacionais, p. 10.

Almeida, V. L. d., 2002. *Globalização e participação política*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/valmir.html>

[Consult. 20 Jan. 2015].

AR, 2005. *Constituição da República Portuguesa*. VII Revisão Constitucional ed. Lisboa: INCM.

AR, 2006. *Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril*. Lisboa: INCM.

Barreto, A., 2000. *A Situação Social em Portugal 1960-1999*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Bobbio, N., 1992. *Era Dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

Carneiro, R., 2012. *Público*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/as-funcoes-de-um-estado-moderno-e-a-educacao-25509789>

[Consult. 10 Fev. 2015].

Carreiras, H., 2009. *Inquérito à População Portuguesa Sobre Defesa e Forças Armadas*. Lisboa: CIES.

Ciberduvidas da Língua Portuguesa, 2010. *Ciberduvidas da Língua Portuguesa*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=28767>

[Consult. 15 Fev. 2015].

Cotrim, J. M., 2010. *Globalisation and its impacts in the Portuguese society*. [Em linha]

Disponível em: <http://pt.slideshare.net/joaocotrim/globalization-and-its-impacts-on-the-portuguese-society>

[Consult. 15 Fev. 2015].

Craveiro, C., 2006. *Âmbito da 4.ª Conferência de Economia e Gestão*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/portugal/europa/governo-aposta-no-investimento-e-globalizacao>

[Consult. 15 Fev. 2015].



- Eurocid, 2015. *Centro de informação Europeia Jacques Delors*. [Em linha]
Disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1917#bloco2
[Consult. 10 Fev. 2015].
- Fernandes, A., 1993. *A Crise das Sociedades Contemporaneas*. Porto: Conselho Directivo da F.L.U.P..
- Ferrajoli, L., 2002. A soberania no mundo moderno. In: *A soberania no mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, J., 2010. *A evolução do papel e do peso do Estado em Portugal a partir da segunda metade do século XX*. [Em linha]
Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2172>
[Consult. 27 Dez. 2014].
- Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015. *Portal de Opinião*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.pop.pt/pt/grafico2/a-politica/confianca-no-governo/a-politica/confianca-na-televisao/pt/?dg=pt>
[Consult. 04 Abr. 2015].
- Giddens, A., 2001. *Sociology*. 4th Revised edition edition ed. s.l.:Polity Press.
- Governo de Portugal, 2013. *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Em linha]
Disponível em:
<http://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/DetalheNoticia.aspx?BID=5034>
[Consult. 08 Dez. 2014].
- GP, 2014. *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*, Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Habermas, J., 2001. *A Constelação Pós-Nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi.
- Held, D., 2013. Democracia e Globalização. *Revista Novo Rumo Vol. 50 N.º 2*, pp. 5-8.
- Huntington, S., 1997. *O choque das civilizações e a*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- INE, 2007. Envelhecimento crescente mas especialmente desigual. *Revista de Estudos Demográficos - n.º 40 2.º Semestre*, Jun., pp. 21 - 38.
- INE, 2009. *Projeções de População Residente - Portugal - 2008 - 2060*, Lisboa: INE.



INE, 2011a. *CENSOS 2011 Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE, 2011b. Retrato Territorial de Portugal 2011. *Destaque - Informação à Comunicação Social*, 02 Jul., pp. 3-7.

INE, 2014. *Destaque*. [Em linha]

Disponível em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_bo ui=223222714&DESTAQUESmodo=2

[Consult. 20 Dez. 2014].

Mozzicafreddo, J., 1992. O Estado-Providencia em Portugal: estratégias contraditórias. *SOCIOLOGIA· PROBLEMAS EPRATICAS* 12, pp. 57-89.

Neves, J. C. d., 2013. *Sobre O livro As 10 Questões da Recuperação* [Entrevista] (4 Mar. 2013).

OECD, 2005. *Handbook on Economic Globalisation Indicators*. s.l.:OECD Publishing.

Ohmae, K., 1999. *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.

Ortiz, R., 1997. *Mundialização, Cultura e Política*. Petrópolis: Vozes.

Pereirinha, J. A. & Carolo, D. F., 2006. *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974)*, Lisboa: Centro de Investigação Sobre a Economia Portuguesa.

PORDATA, 2014. *Base de dados Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Fundação Manuel Francisco dos Santos.

Porto Editora, 2015. *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. [Em linha]

Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cidadania>

[Consult. 20 04 2015].

Presidência do Conselho de Ministros, 2005. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005*. Lisboa: INCM.

Quivy, R. & Van Campenhoudt, L., 1995. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Godiva.



- Rio, O. M. M., 2012. *O Tratado De Maastricht e os Cidadãos: Cidadania Ativa em Contexto Europeu*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>
[Consult. 14 Mar. 2015].
- Rodrigues, J. N. & Devezas, T., 2007. *Portugal - O Pioneiro da Globalização*. 1.^a Ed. ed. Lisboa: Centro Atlântico.
- Rodrigues, T. F., 2010. Dinâmicas migratórias e riscos de Segurança em Portugal. *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional* n.º 2, Nov., pp. 33-43.
- Rousseau, J. J., 1999. *O Contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ruivo, F., 1999. Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa. *Revista Crítica de Ciências Sociais* N.º 54, Jun., pp. 173-179.
- Santos, B. d. S., 1997. Por uma Conceção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Jul., Volume 48, pp. 11-32.
- Santos, B. d. S., 2002. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2.^a ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, B. d. S., Reis, J. & Hespanha, P., 1992. *O Estado e a Sociedad Civil*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES).
- Schnapper, D., 1998. In: *Community of Citizens, On the Modern Idea of Nationality*. New Jersey: Transaction Publishers, pp. 12-16.
- SEDES, 2009. *A Qualidade da Democracia em Portugal - A Perspectiva dos Cidadãos*, Lisboa: Intercampus.
- SEF, 2013. *Relatório de imigração fronteiras e asilo*, Lisboa: SEF.
- Silva, A. C., 2014. *Discurso PR na Comemoração dos 104 anos da Proclamação da República*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=87190>
[Consult. 10 Nov. 2014].
- Sousa, F. d., 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. 954 ed. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves Lda.
- The Economist, 2013. *The Economist - More for less*. [Em linha]
Disponível em: <http://www.economist.com/news/special-report/21570831-generous->



welfare-state-does-not-cost-earth-more-less

[Consult. 10 Fev. 2015].

UE, 2009. *Eurobarómetro 72 Opinião Pública na União Europeia*, Bruxelas: Comissão Europeia.

UE, 2013. *Opinião Pública na União Europeia - Relatório Nacional Portugal (Eurobarómetro Standard 80)*. Bruxelas: Comissão Europeia.

UE, 2014. *Public Opinion in The EU*. Bruxelas: European Commission.

Vieira, M. B., 2015. Espaço, representação, democracia. *XXI Ter opinião N.º 4*, Jan., pp. 112-117.

Wallerstein, I., 1998. *The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.

World Bank, 1997. *The State in a Changin World*. Oxford: Oxford University Press.



Anexo A – Teorias da globalização

A globalização, sendo um fenómeno pós anos 80, está ligada ao poder político e económico atingido pelos EUA e ao seu modelo de economia capitalista. Mas, a globalização também teve impactos ao nível social com uma envolvimento direta da população mundial, o que modifica costumes, expande as novas técnicas científicas e tecnológicas, constrói e destrói mercados, com a sua nova dinâmica em que o controlo estatal é difícil. O global trouxe novas formas de atividades que são levadas a cabo com o avanço da tecnologia informática, em que transações comerciais feitas entre países são executadas em questão de segundos, obrigando as instituições de regulação estatais à contínua atualização para conseguirem cumprir a sua função (Cotrim, 2010).

De um modo simples, podemos afirmar que a globalização é um fenómeno de dispersão, senão mesmo explosão, do fazer e saber, podendo ter origem em qualquer ponto do globo e que atinge as pessoas individuais, as populações, os Estados, as uniões de Estados e mesmo continentes, com uma influência ao nível do social, político e económico de forma transversal em todas as sociedades.

Com o aumento e evolução das interligações dos Estados, de cada cidadão e outros atores institucionais ou não, a uma escala planetária, assiste-se à eliminação de fronteiras físicas e ao aparecimento de novos “territórios” e realidades sociais interligadas por novos “espaços” e evoluindo numa escala de tempo nova. Nestes “territórios” novos, a separação e distinções entre os assuntos internos e externos dos Estados ou outras entidades dilui-se e cria-se um processo global de mudança e união dos diferentes povos num sentir comum, uma sociedade mais global.

Assim, um aspeto essencial no estudo da globalização é o aparecimento de um sistema mundial ou global, ou seja há motivos para ver o planeta como uma única ordem social integral e englobante.

Anthony Giddens considera que as divergências relativas ao conceito de globalização referem-se fundamentalmente a um conflito ideológico/político, entre neoliberais e social-democratas ou socialistas, ou ainda, ao conflito entre direita e esquerda. Como resultado desta conjectura reconhece a existência de duas correntes principais para entender este fenómeno. (Giddens, 2001)

A primeira corrente trata a globalização como um fenómeno que não passa de um continuado dos acontecimentos e evolução natural da sociedade, considerando a globalização como uma “moda intelectual passageira”, apontando o exagero e a



mistificação, no alcance e na novidade dos processos da expansão económica internacional. Contudo, existem dentro desta vertente autores como Immanuel Wallerstein, que reconhecendo uma economia capitalista mundial, não retiram importância ao Estado nacional como podemos depreender do seguinte:

“A superestrutura da economia-mundo capitalista é um sistema de Estados interdependentes, sistema esse no qual as estruturas políticas denominadas ‘Estados soberanos’ são legitimadas e delimitadas. Longe de significar total autonomia decisória, o termo ‘soberania’ na realidade implica uma autonomia formal, combinada com limitações reais desta autonomia, que é implementada simultaneamente pelas regras explícitas e implícitas do sistema de Estados interdependentes e pelo poder de outros Estados do sistema” (Wallerstein, 1998).

A segunda corrente é caracterizada por um mundo sem fronteiras, uma economia global contraposta à economia nacional; o fim do Estado-providência; a função governação não restrita aos governos nacionais. Este conceito torna-se mais claro na transcrição de Kenichi Ohmae, ex-diretor da consultora McKinsey & Company:

“O que estamos testemunhando é o efeito cumulativo de mudanças fundamentais nas correntes da atividade económica ao redor do globo. Essas correntes se tornaram tão poderosas que abriram canais inteiramente novos para si próprias – canais que nada devem às linhas de demarcação dos mapas políticos tradicionais. Simplesmente, em termos dos fluxos reais de atividade económica, os Estados-Nação já perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras” (Ohmae, 1999).

Na sequência destas duas aproximações à globalização, o professor Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2002) sugere a confrontação de dois sistemas para explicar o fenómeno.

Um seria o Sistema Mundial Moderno. O seu cerne seria a hierarquização do centro para a periferia, juntamente com dicotomias, do desenvolvimento com o subdesenvolvimento, do racional com o irracional, do urbano com o rural e outros.

No outro Sistema Mundial em Transição, haveria ênfase numa única junção das dicotomias anteriores num só confronto, o confronto global-local e este sistema manteria no seu cerne a economia de carácter global com o sistema intraestatal.

A conceção dualista, global/local, vem afirmar que não existe globalização sem o localismo, pois não existe a perceção de uma sem o outro. O que quer dizer é que toda a



globalidade existe ligada a um conjunto de carácter local. Como exemplo, podemos apresentar a língua inglesa, que sendo atualmente uma língua global, possui uma origem local.

Com estes conceitos, o professor Boaventura de Sousa Santos, determina haver duas classes de globalização, divididas em duas subespécies. Uma de influência descendente ou hegemónica, com duas subespécies, o “localismo globalizado” e o “globalismo localizado” (Santos, 2002).

O primeiro, “localismo globalizado”, engloba os fenómenos locais que são globalizados com sucesso.

De forma distinta, o “globalismo localizado” surge como resposta, ou melhor, como resultado do “localismo globalizado”. Utilizando como exemplo a língua inglesa, a sua expansão como língua global implicou a localização de outras línguas com potencialidade para serem globais, como a língua francesa ou a portuguesa.

Contudo, a intensificação de interações globais pressupõe outros dois processos, os quais não podem ser corretamente caracterizados, nem como “localismos globalizados”, nem como “globalismos localizados”.

A outra classe de globalização será a contra-hegemónica, dividida também em duas espécies. A primeira espécie, também denominada “cosmopolitismo”, que abrange as lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna e as dependências a nível global. Como exemplo, temos os casos dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais (ONG) e de redes internacionais de assistência jurídica alternativa, de filantropia transnacional ou ainda redes de movimentos e associações ecológicas. Estes são fenómenos de natureza global com impacto local.

Outra espécie de processo com natureza global que não pode ser adequadamente descrito pelos anteriores é o aparecimento de temas que, devido à sua natureza, são globais, ou seja que os seus resultados têm um impacto à escala planetária. Estes temas, que só fazem sentido se reportados ao global do planeta, estão ligados aos assuntos referentes à sustentabilidade da vida humana na Terra ou os temas ambientais, como por exemplo, a proteção da camada de ozono, da biodiversidade ou dos fundos marinhos ou ainda a exploração do espaço. Esta espécie é denominada por Boaventura Santos, recorrendo ao direito internacional, por “património comum da humanidade” (Santos, 1997).



Com isto, duas leituras podem ser feitas sobre o Sistema Mundial em Transformação, conforme Boaventura de Sousa Santos. Uma de corrente paradigmática, que tem a globalização como fenómeno novo, cuja ação é transformadora e ambiciosa. Dessa forma, a globalização seria destrutiva do equilíbrio existente, sendo necessário o surgimento da “Nova Era da Solidariedade Global”, como contra peso.

Mas há outras respostas para contrabalançar a globalização hegemónica. O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas defende uma resposta integrada à globalização através de acordos regionais que criariam formas de resistência mais fortes às ações do “localismo globalizado”. Este autor defende a supranacionalidade como forma de evolução dos Estado-Nação (Habermas, 2001).

O jurista italiano Luigi Ferrajoli aborda a questão da globalização à luz e enquadrada pelo Direito Internacional. Este jurista advoga a supremacia do Direito Internacional sobre o Direito Interno das Nações, transferindo a regulação do Estado nacional para o internacional supranacional. Porém, o seu maior problema é a questão da soberania, que abrevia dizendo que a noção moderna de soberania deve ser superada, pois não poderá entrar a edificação de uma Constituição Internacional (Ferrajoli, 2002).



Anexo B – Gráficos adicionais

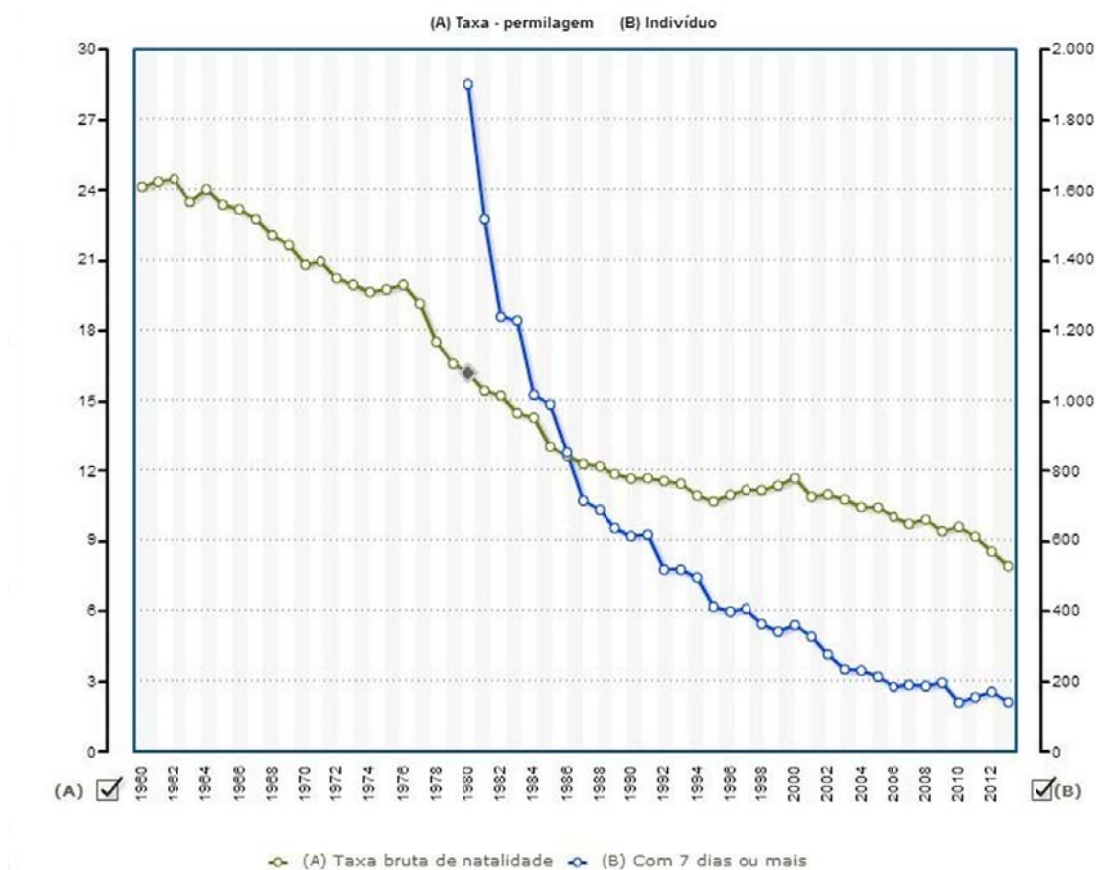


Figura n.º 11 – Taxa de natalidade e taxa de mortalidade infantil.

Fonte: (PORDATA, 2014)

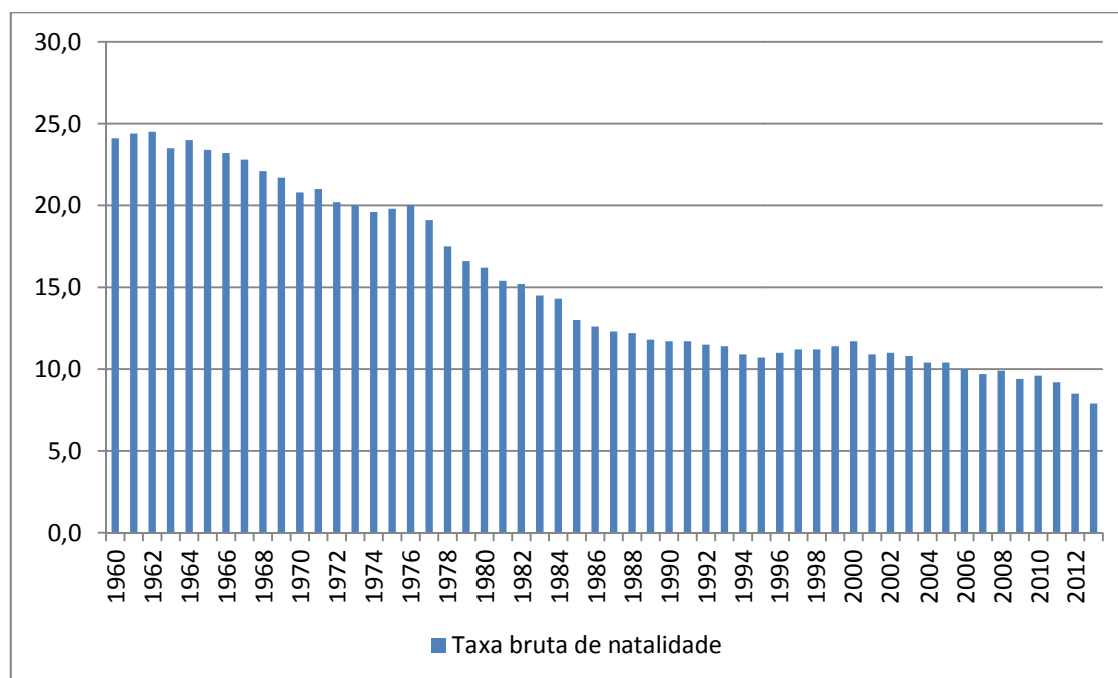


Figura n.º 12 – Taxa de natalidade bruta.

Fonte: (PORDATA, 2014)

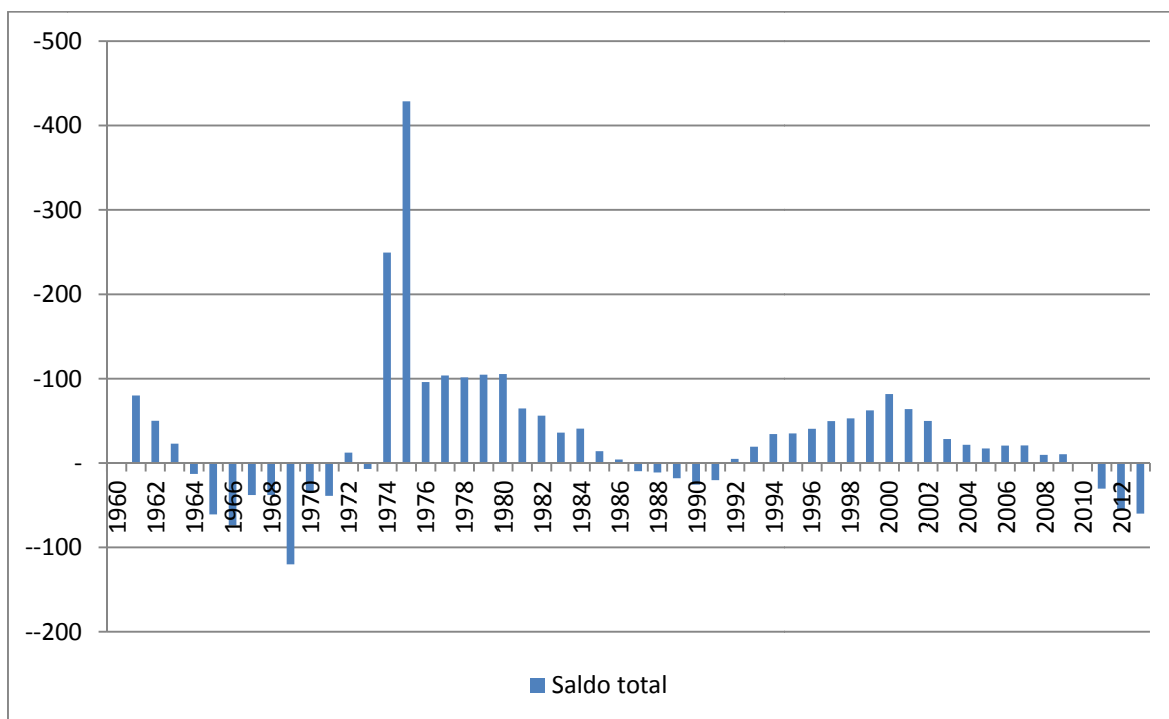


Figura n.º 13 – Saldo total da população.

Fonte: (PORDATA, 2014)

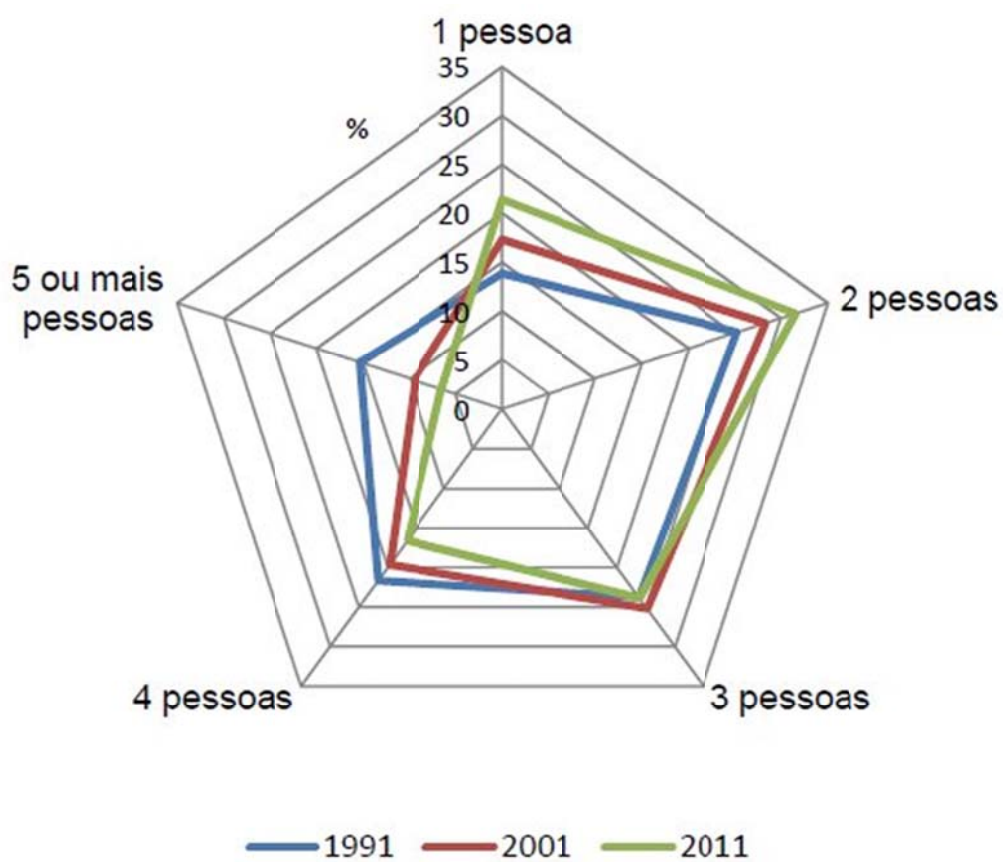


Figura n.º 14 – Dimensão média das famílias clássicas.

Fonte: (INE, 2011a)

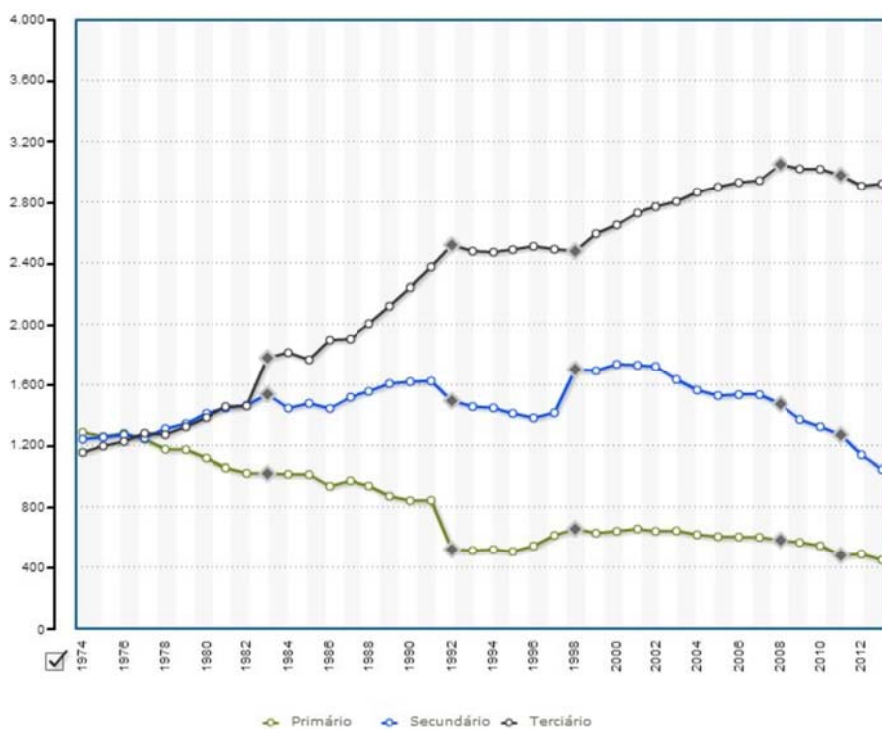


Figura n.º 15 – População empregada por setor de atividade.

Fonte: (PORDATA, 2014)

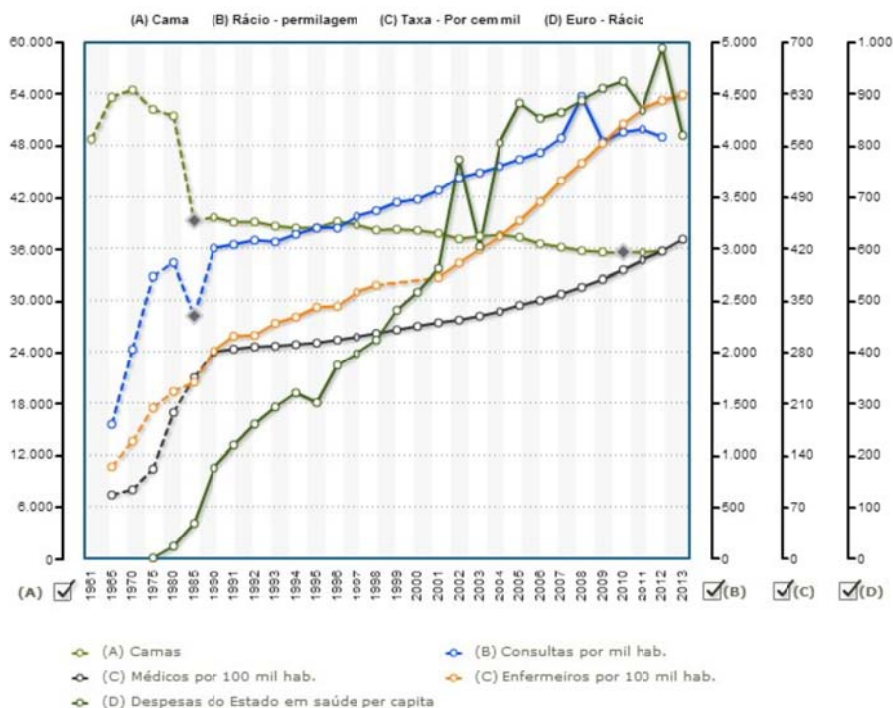


Figura n.º 16 – Despesa com a saúde, camas, pessoal médico e consultas.

Fonte: (PORDATA, 2014)

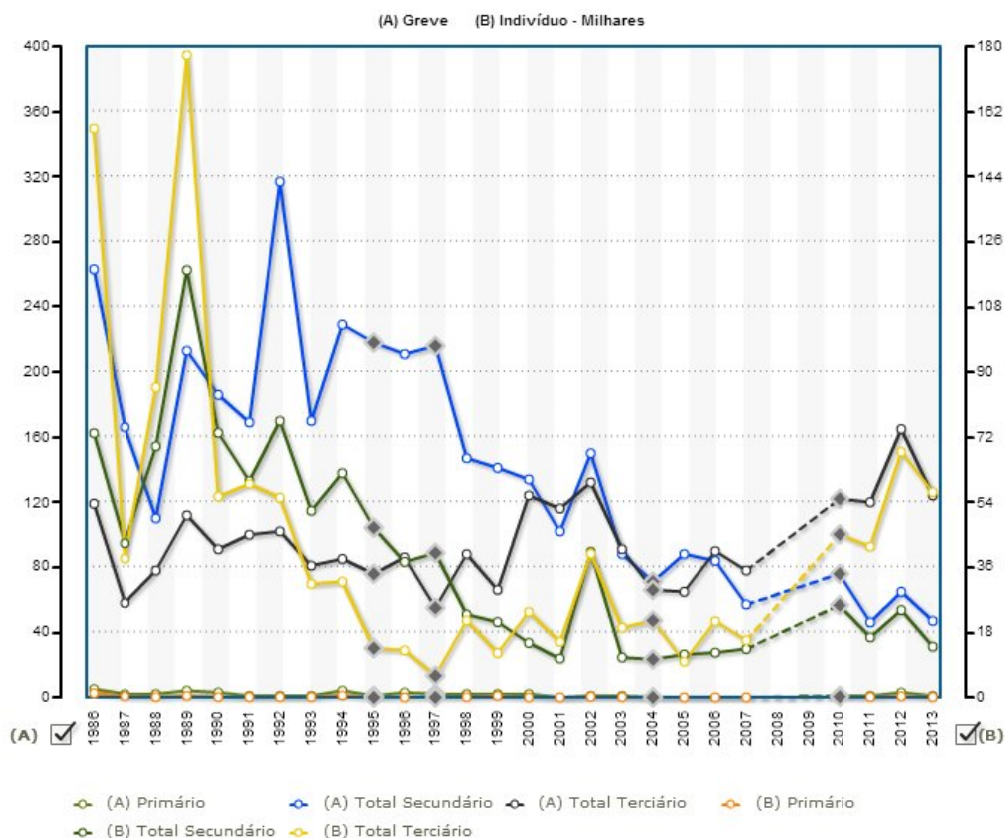


Figura n.º 17 – Conflitualidade social, Dias de greve por trabalhador.

Fonte: (PORDATA, 2014)

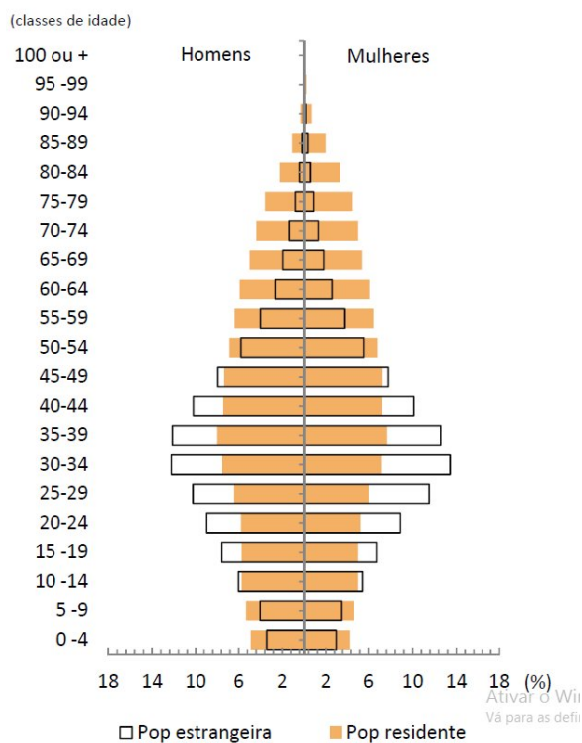


Figura n.º 18 – Estrutura etária da população estrangeira residente em Portugal, 2011.

Fonte: (INE, 2011a)

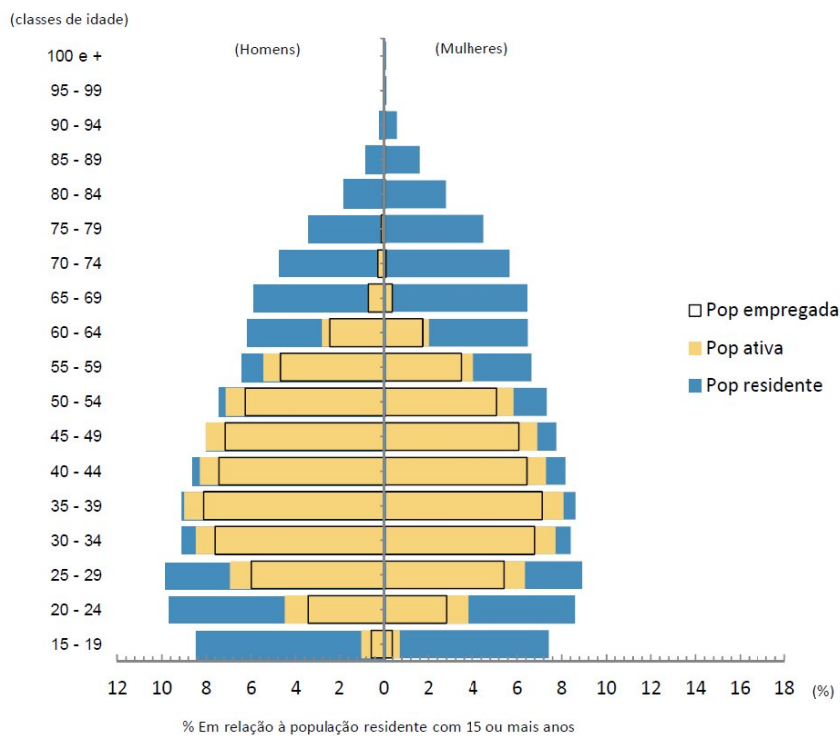


Figura n.º 19 – Estrutura etária da população ativa.

Fonte: (INE, 2011a)

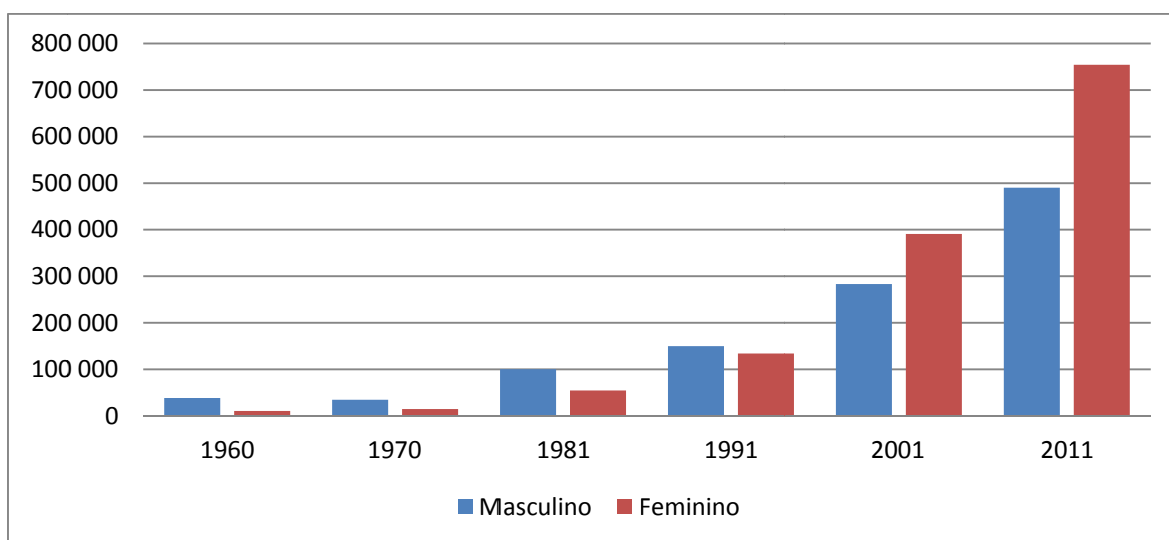


Figura n.º 20 - População Residente com ensino superior completo.

Fonte: (PORDATA, 2014)

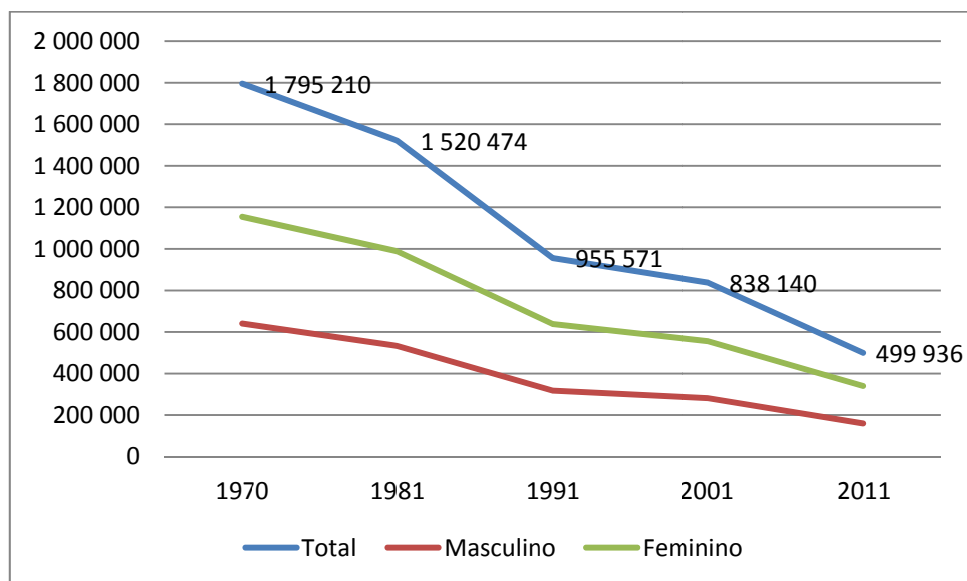


Figura n.º 21 - População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos.

Fonte: (PORDATA, 2014)

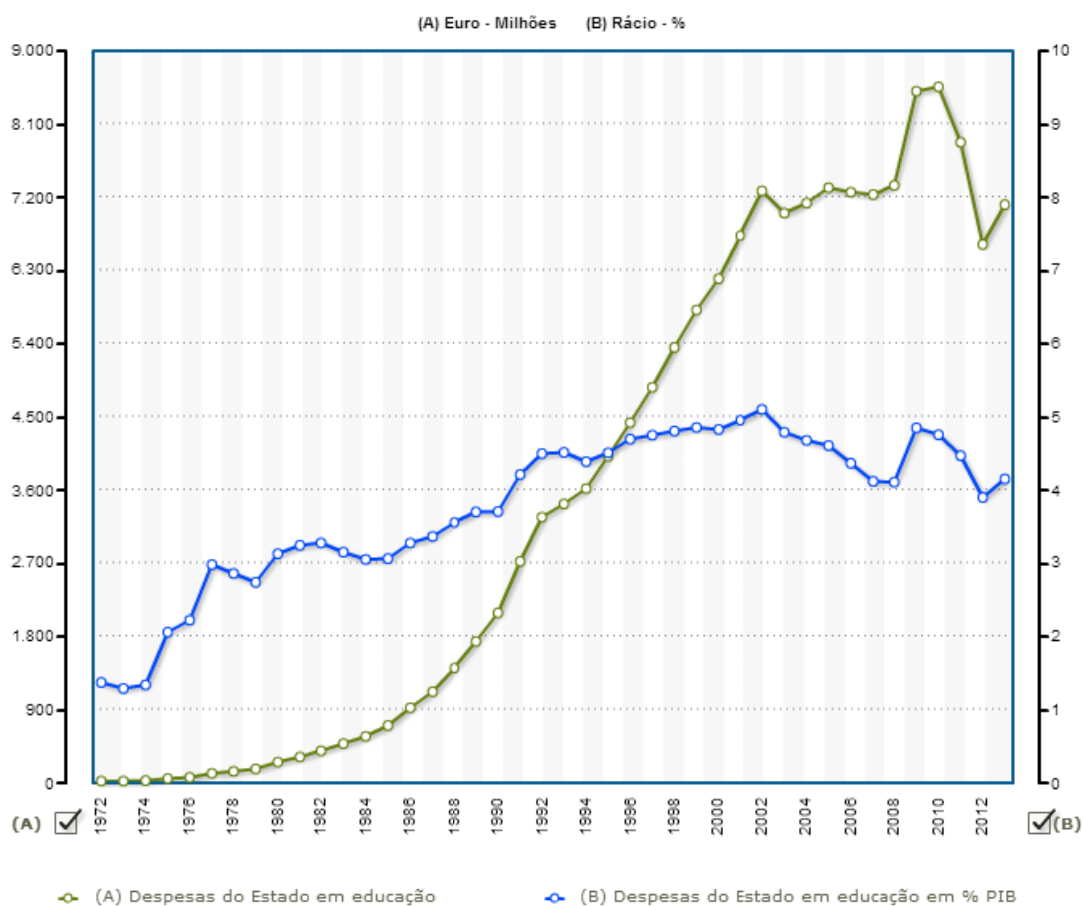
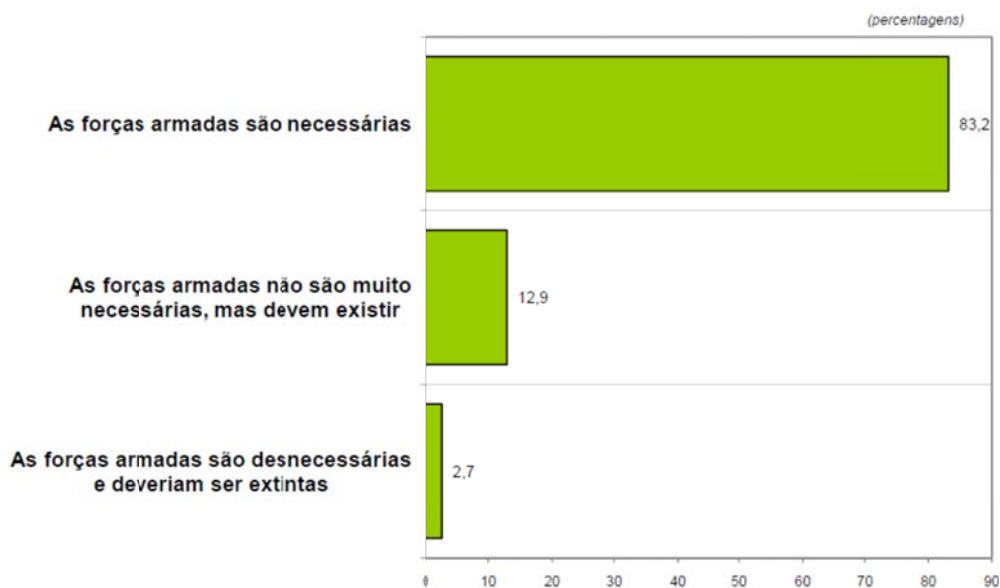


Figura n.º 22 - Despesas do Estado em educação.

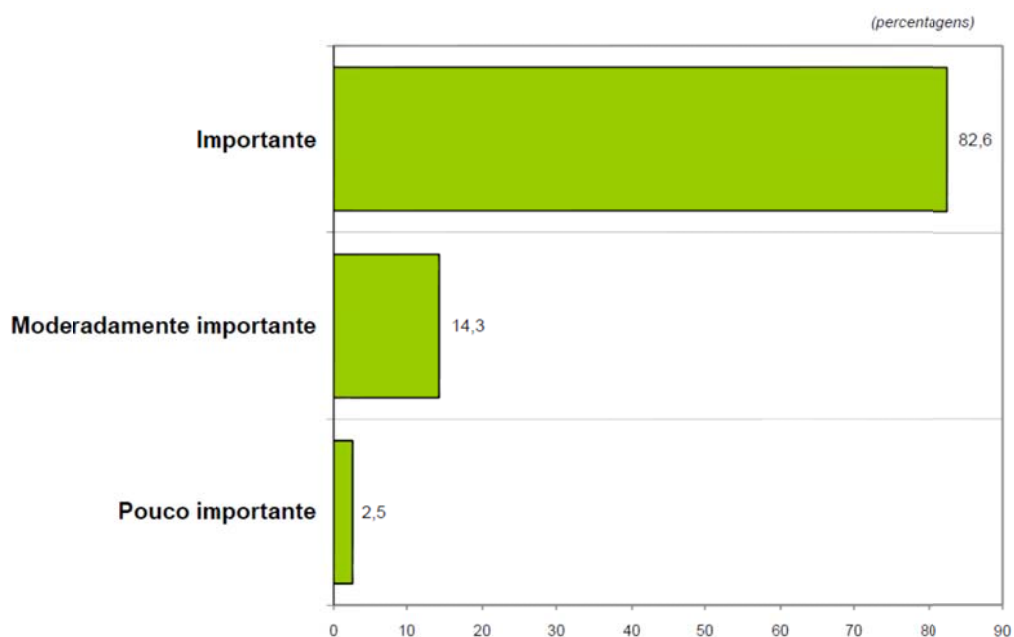
Fonte: (PORDATA, 2014)



* Qual das seguintes frases que lhe vou ler melhor descreve a sua opinião sobre a existência de forças armadas no nosso país?

Figura n.º 23 – Opinião sobre a existência de Forças Armadas no nosso país.

Fonte: (Carreiras, 2009)



* Que opinião tem sobre a importância das Forças Armadas Portuguesas para a defesa nacional?
Escala: 0="nenhuma importância"; 10="muitíssima importância". Média: 8,17

Figura n.º 24 – Importância das Forças Armadas Portuguesas para a Defesa Nacional.

Fonte: (Carreiras, 2009)

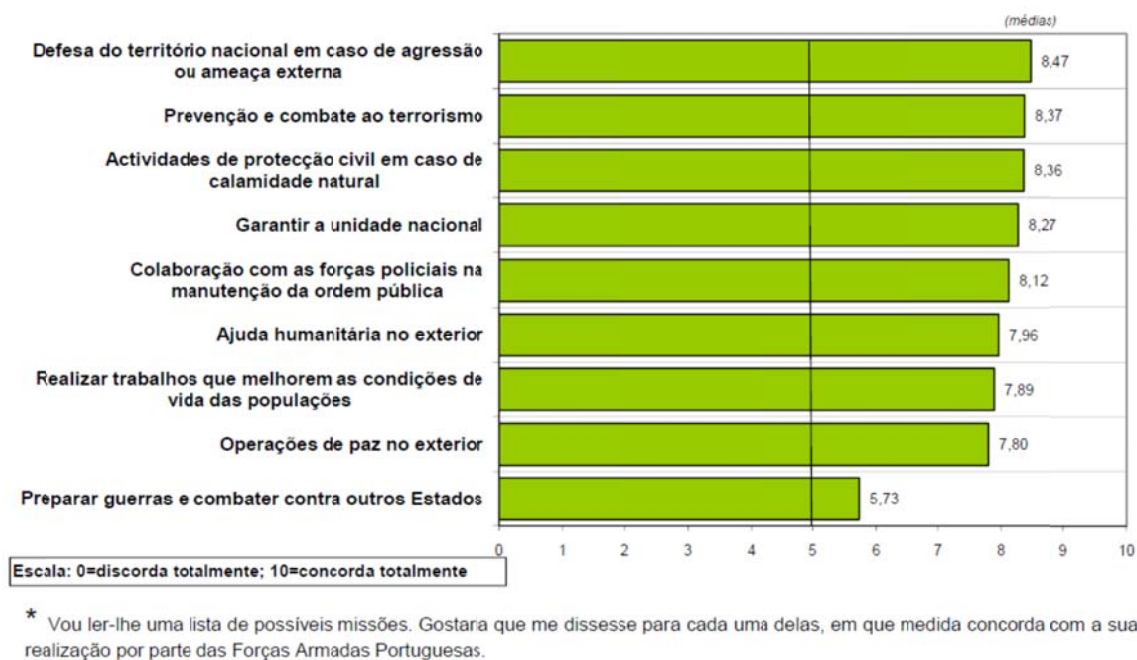


Figura n.º 25 - Opinião sobre as missões das Forças Armadas.

Fonte: (Carreiras, 2009)

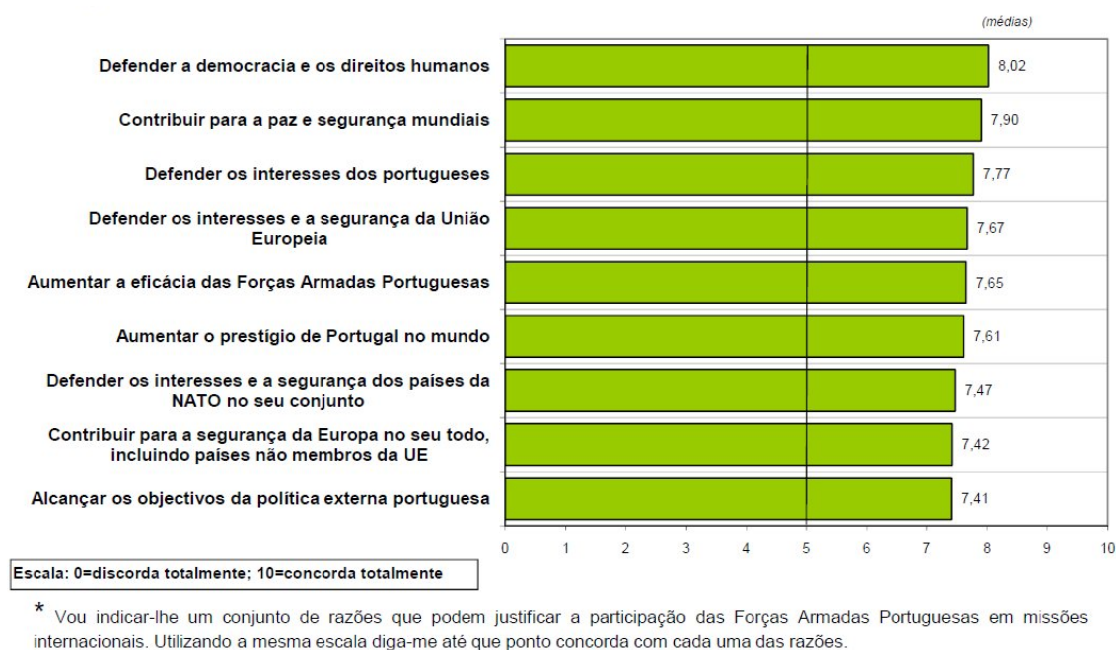
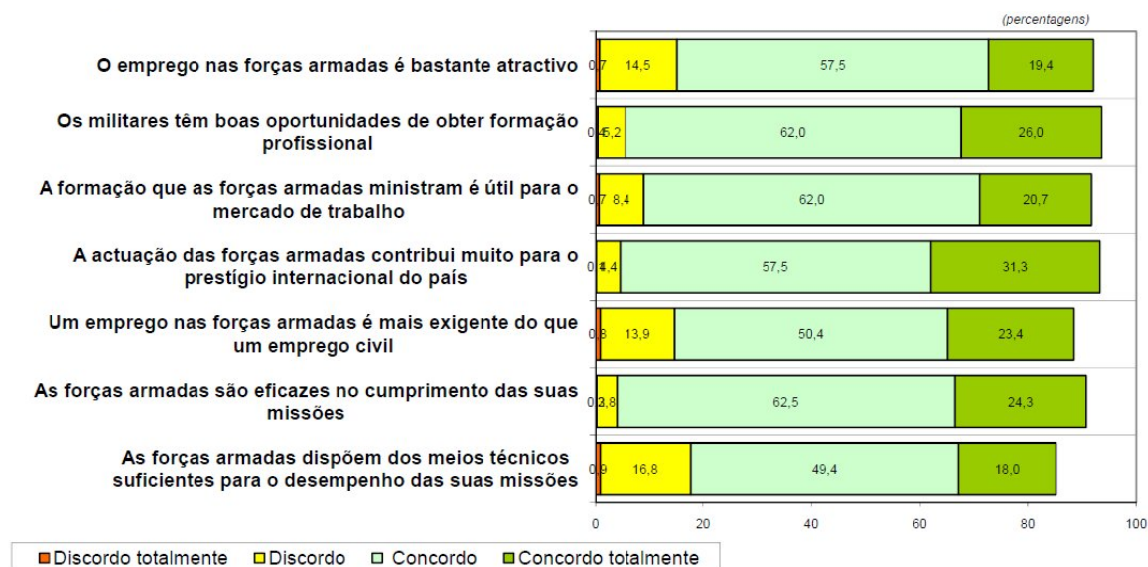


Figura n.º 26 - Motivos que justificam a participação das FFAA em missões internacionais.

Fonte: (Carreiras, 2009)



* Vou ler-lhe uma série de afirmações sobre as forças armadas. Para cada uma delas, gostaria que me indicasse o seu grau de concordância.

Figura n.º 27 - Emprego nas Forças Armadas.

Fonte: (Carreiras, 2009)

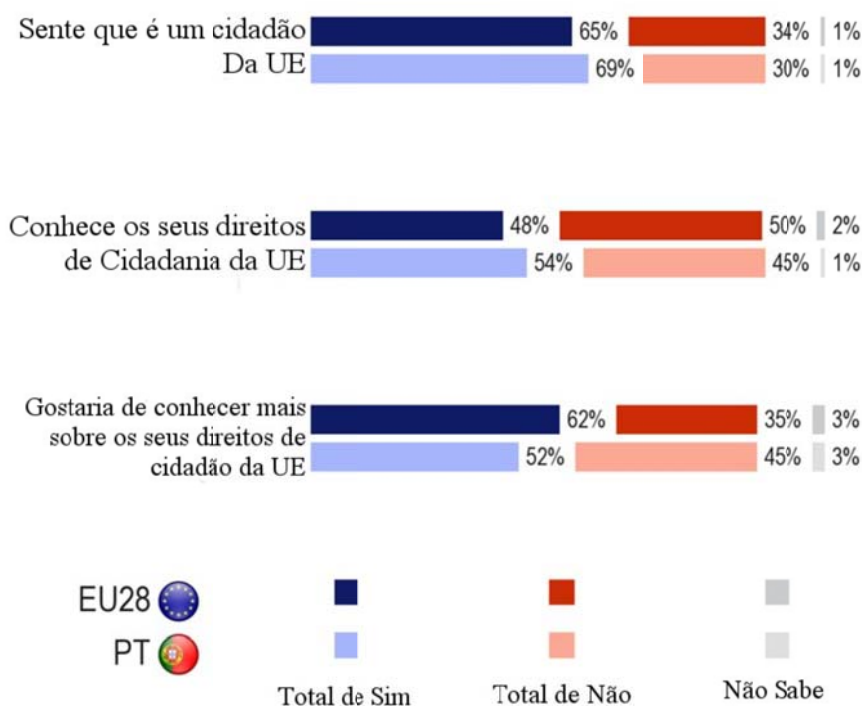


Figura n.º 28 – Sentimento de cidadania europeia em Portugal e UE28.

Fonte: (UE, 2013)

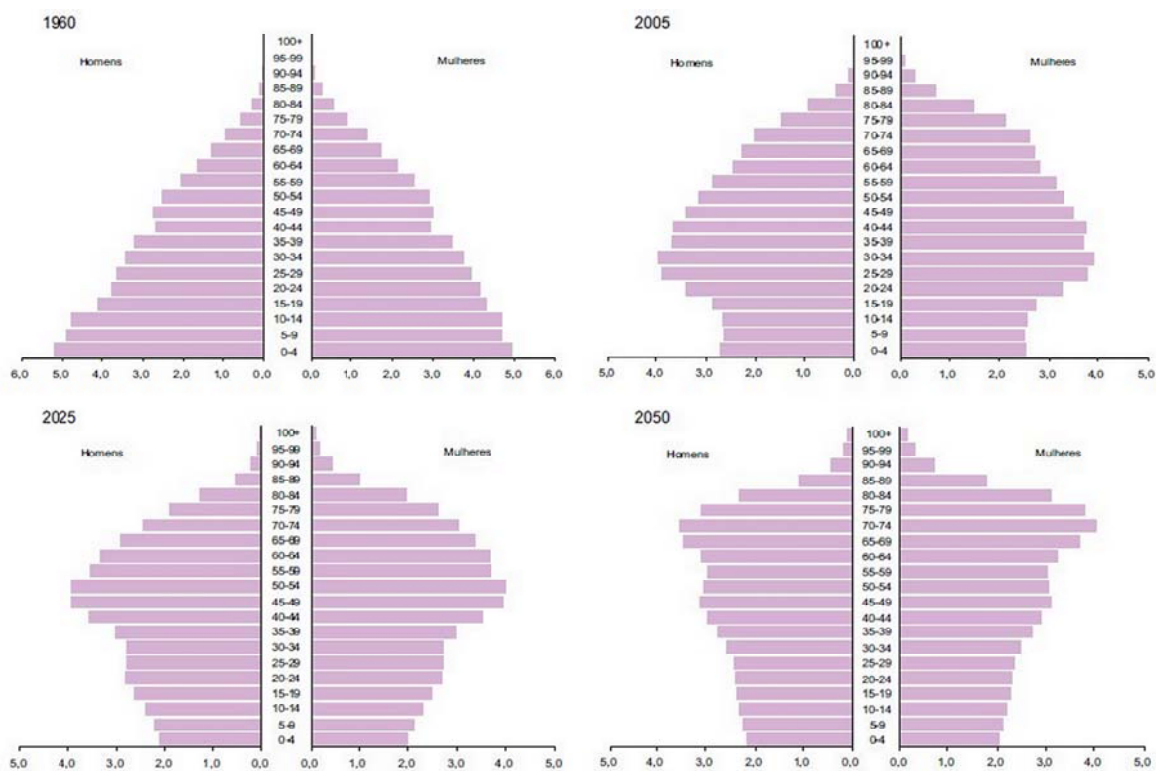


Figura n.º 29 - Pirâmides etárias da população residente total, Portugal, 1960, 2005, 2025 e 2060 (previsão).

Fonte: (Gonçalves & Carrilho, 2007)

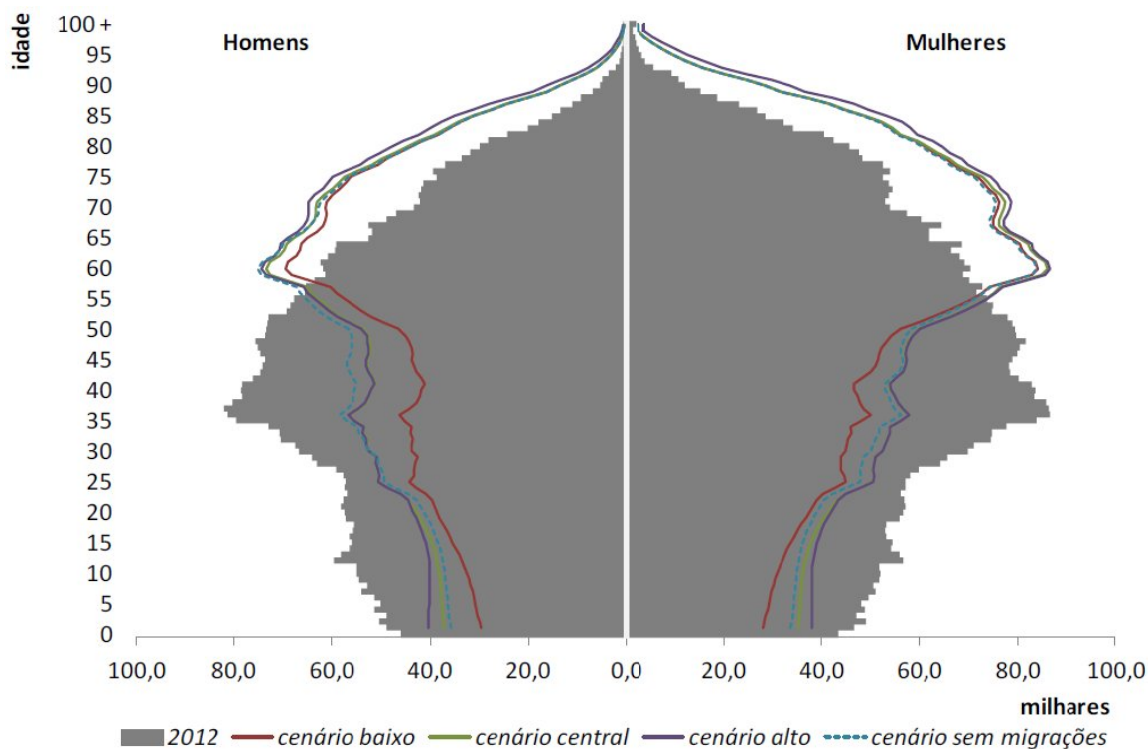


Figura n.º 30 - Pirâmide etária da população, 1 de Janeiro de 2008 e 2060.

Fonte : (INE, 2009)



Apêndice A – Plano geral do trabalho

Objetivo Geral		Questão Central	
Analisar as alterações estruturais da sociedade portuguesa relevantes para a Segurança e Defesa do Estado e que influenciam a comprometimento dos cidadãos nos objetivos nacionais delineados		Em que medida as alterações estruturais da sociedade portuguesa afetam o posicionamento dos cidadãos face aos objetivos nacionais e à Segurança e Defesa do Estado?	
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Hipóteses De Investigação	
Analisar quais as alterações estruturais da sociedade portuguesa relevantes para a Segurança e Defesa do Estado.	De que modo as alterações estruturais da sociedade portuguesa influenciam as capacidades de Segurança e Defesa do Estado?	As alterações estruturais da sociedade portuguesa não reduziram significativamente as capacidades de Segurança e Defesa do Estado.	
Analisar a influências da globalização na autoridade do Estado.	Em que medida a Globalização e a integração na União Europeia têm afetado a relação entre o Estado português e os seus cidadãos?	A Globalização e a participação na União Europeia têm conduzido a uma redução do sentimento de cidadania nacional, potenciando o enfraquecimento da relação do cidadão com o Estado.	
Avaliar as influências externas no grau de envolvimento dos cidadãos portugueses com os objetivos do Estado.	Qual o comprometimento do cidadão português com os objetivos nacionais delineados pelo Estado?	O comprometimento do cidadão português com os objetivos do Estado tem vindo a diminuir, como resultado da perceção de que este não cumpre integralmente as suas funções.	